

GARANTIA

SEGUROS

JUNTOS POR UM FUTURO SEGURO

RELATÓRIO & CONTAS
2016

GARANTIA

Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Capital Social 400.000.000\$00 CVE

Matrícula N° 13

NIF: 200110322

www.garantia.cv

Sede

Chã de Areia,

C.P. 138 – Praia

Tel.: (+238) 260 86 00

Fax: (+238) 261 61 17

INDÍCE

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	5
2. PRINCIPAIS INDICADORES	6
3. APRESENTAÇÃO DA GARANTIA	7
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
5. MERCADO SEGURADOR CABO-VERDIANO	9
6. ANÁLISE DA ACTIVIDADE DA COMPANHIA	10
7. RECURSOS HUMANOS	11
8. ACTIVIDADE ECONÓMICA	12
8.1. CARTEIRA DE PRÉMIOS.....	12
8.2. REMUNERAÇÃO DE MEDIAÇÃO	14
8.3. SINISTRALIDADE	14
8.4. CUSTOS POR NATUREZA.....	15
8.5. RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA	16
8.6. COBRANÇA	16
9. ACTIVIDADE FINANCEIRA	17
9.1 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	17
9.2 RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	17
9.3 PROVISÕES TÉCNICAS	18
9.4 COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS	18
10. RESULTADO E CAPITAL PRÓPRIO	19
10.1 RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	19
10.2 CAPITAIS PRÓPRIOS	19
11. PERSPECTIVA DE EVOLUÇÃO	20
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
14. RELATÓRIO DO ACTUÁRIO	22
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO	23
III. ANEXOS ÀS CONTAS	27
IV. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	118
V. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL UNICO	123

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem o Conselho de Administração da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

O Conselho de Administração,

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia-Geral (Mesa)	
Presidente	Dr. David Hopffer Cordeiro Almada
Secretário	Dra. Maria Isabel Toucedo Lage
Conselho de Administração	
Presidente	Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos (em representação da Fidelidade Seguros)
Vogal	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal	Dr. Adérito Tavares Fernandes
Vogal	Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Vogal	Dr. Francisco Miguel Lupi Alves Caetano
Comissão Executiva	
Presidente da Comissão Executiva	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Administrador Executivo	Dr. Adérito Tavares Fernandes
Administrador Executivo	Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Conselho Fiscal	
Fiscal Único	Dr. João Marcos Alves Mendes
Suplente	Dr. Adelino Vital Fonseca

2. PRINCIPAIS INDICADORES

	2015	2016
Comercial		
Prémios de Seguro Directo (em mCVE)	1.224.226	1.338.432
Taxa de Crescimento - Vida	66%	19%
Taxa de Crescimento - Não Vida	3%	9%
Quota de Mercado (* estimativa)	58%	* 58%
N.º de Agências	11	11
Taxa de Comissionamento	1,77%	1,79%
Resseguro Cedido		
Taxa de Cedência	44%	42%
Taxa de Comissionamento de Resseguro	22%	25%
Sinistralidade		
Sinistralidade Global Bruta	28%	29%
Sinistralidade Directa Bruta	28%	30%
Sinistralidade Global Líquida	24%	38%
Sinistralidade Directa Líquida	25%	40%
Custo Com Sinistro de Res. ÷ Prémios de Resseguro	33%	16%
Custo Com Sinistro de Res. ÷ Custo Com Sinistro de SD	53%	23%
Autonomia Financeira e Solvabilidade		
Activo Líquido (em mCVE)	2.848.037	2.900.377
Capitais Próprios (em mCVE)	1.059.312	1.102.031
Passivos (em mCVE)	1.788.725	1.798.346
Cobertura de Margem de Solvência	353%	243%
Cobertura das Provisões Técnicas - Vida	124%	139%
Cobertura das Provisões Técnicas - Não Vida	125%	134%
Autonomia Financeira (Capital Próprio ÷ Provisões Técn.)	97%	94%
Solvabilidade Total (Capital Próprio ÷ Passivo)	59%	61%
Evolução dos Capitais Próprios	3%	4%
Resultados		
Resultado Líquido	106.612	115.184
Resultado Técnico	151.597	92.134
Resultado Líquido ÷ Prémios Adquirido Líquido	17%	16%
Produtividade da Carteira (Resultado Técnico ÷ Prémio Líq.)	22%	14%
Combined Ratio - Segmento Não Vida		
Combined Ratio	68%	69%
Combined Ratio Líquido	84%	92%
Custos de Gestão		
Custos Por Natureza ÷ Prémios de Seguro Directo	36%	35%
Custos Com Pessoal ÷ Prémios de Seguro Directo	17%	17%
Custos Com Pessoal ÷ Custos Por Natureza	48%	48%
Custo Médio Por Empregado (em mCVE)	2.199	2.223

3. APRESENTAÇÃO DA GARANTIA

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde S A, resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91 de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o sector segurador.

Assim, iniciou a sua actividade em 01 de Novembro de 1991 e, desde então, ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implementação no mercado e uma grande solidez financeira.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 46/99 de 27 de Setembro de 1999, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Banco Interatlântico adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia, passando a estrutura accionista a ser a seguinte:

- Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico: 45,9%;
- Banco Comercial do Atlântico: 35%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,2%;
- Correios de Cabo Verde: 4,5%;
- Estado de Cabo Verde: 2,4%.

No ano de 2014, a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA adquiriu a totalidade da participação do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico, no capital social da Garantia e uma parte da participação do Banco Comercial do Atlântico na Garantia.

Também em 2014, o Estado de Cabo Verde alienou 3.195 acções aos trabalhadores. Em Março de 2016, a Garantia adquiriu as restantes acções detidas pelo Estado de Cabo Verde. A 31 de Dezembro de 2016, a estrutura accionista era a seguinte:

- Fidelidade – Companhia de Seguros SA: 55,8945%;
- Banco Comercial do Atlântico: 25,00%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,19%;
- Correios de Cabo Verde: 4,50%;
- Trabalhadores da Garantia: 1,5525%;
- Acções próprias: 0,863%.

A Garantia oferece aos seus clientes soluções variadas no ramo Não-Vida e Vida, cobrindo os mais diversos riscos de danos patrimoniais e corporais.

Beneficiando das sinergias proporcionadas com a sua ligação ao Banco Comercial do Atlântico e à Fidelidade – Companhia de Seguros SA (Seguradora Portuguesa), a Garantia, ao longo desses anos, manteve-se sempre a líder no sector segurador cabo-verdiano.

Ciente das responsabilidades que a posição de liderança impõe, a Garantia tem como valores:

- Respeito pelos princípios éticos e transparência de conduta com as partes interessadas;
- Actuação proactiva e focada no cliente;
- Qualidade nos processos e no atendimento aos clientes;
- Qualidade no relacionamento interno, com base em factores de confiança e solidez;
- Capital humano como diferencial competitivo;
- Trabalho em equipa como factor de integração e produtividade;
- Valorização do trabalho inovador;
- Responsabilidade sócio ambiental;
- Gestão com foco no resultado e no atendimento às expectativas dos clientes, parceiros e accionistas.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia global enfrentou, ao longo do ano de 2016, grandes desafios provocados pela crise de refugiados, pelos problemas de insegurança e pelas incertezas no cenário político internacional. Apesar destes desafios, assistiu-se a uma melhora moderada nos indicadores, o que indica uma estabilização da economia.

Na sua publicação de Outubro de 2016, o World Economic Outlook (WEO) tinha previsto um crescimento de 3,1% para o PIB mundial. No entanto, estudos recentes, publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU), indicam que a economia mundial expandiu 2,2% em 2016, a mais baixa taxa de crescimento desde a grande recessão global de 2009.

Esse crescimento foi sustentado, principalmente, pelo crescimento na economia dos países em desenvolvimento, nomeadamente, da China. Segundo o departamento de

previsões do Centro de Informação do Estado da República Popular da China, as novas tecnologias estimularam o crescimento económico, mas não impediram a tendência de desaceleração. Em 2016, o PIB chinês cresceu 6,7%, face aos 6,9% de 2015.

Os últimos dados publicados (Janeiro de 2017) pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), apontam para um crescimento de 1,7% do PIB dos países que compõem a zona euro (igual a 2015).

A economia cabo-verdiana, bastante dependente da economia dos seus parceiros (nomeadamente, China e Zona Euro), tem acompanhado o crescimento moderado da economia mundial.

A conjuntura externa, por um lado, provocou uma diminuição das remessas dos emigrantes e, por outro, um aumento da procura turística e do investimento directo estrangeiro. O Instituto Nacional de Estatística reviu em alta a taxa de crescimento do PIB nacional, estimando 4% para 2016 (face aos 1,5% de 2015). Este crescimento deve-se, sobretudo, aos sectores de turismo, agrícola, indústria transformadora, construção, administração pública e ainda, ao imposto líquido de subsídios sobre os produtos.

Continua a tendência negativa da inflação importada. Este facto, aliado ao aumento da produção nacional (de frescos), à pluviosidade de 2015 e à reposição da taxa do imposto sobre o valor acrescentado levou a uma trajectória descendente da inflação média anual que, em Dezembro de 2016, foi de -1,4%.

5. MERCADO SEGURADOR CABO-VERDIANO

Tal como nos anos anteriores, o sector segurador cabo-verdiano continua a ter 2 seguradoras, 3 corretoras e cerca de 59 mediadores de seguros com inscrição activa.

Os últimos dados oficiais publicados pelo Banco de Cabo Verde, referem-se a Setembro de 2016. No entanto estimativas feitas para Dezembro, apontam para um volume de prémios de seguro directo de 2.289.340 mCVE, o que equivale a um crescimento de 5,9% face a Dezembro de 2015.

Os produtos Não-Vida continuam com um forte predomínio na carteira, com um peso de 92,4%. A estimativa de crescimento para este ramo é de 5%. Para os produtos Vida, que

apresentam um peso de 7,6%, estima-se uma taxa de crescimento face, a Dezembro de 2015, na ordem dos 21%.

O volume de prémios de seguro directo per-capita, estimado para Dezembro de 2016, é de 4.362 CVE. De recordar que, em Dezembro de 2015, foi de 4.119 CVE.

As estimativas mostram que a posição de liderança continua ocupada pela Garantia Seguros, com uma quota de mercado de 59% nos produtos Não-Vida e 57% nos produtos Vida.

Estima-se, para Dezembro de 2016, um decréscimo de 11% no custo com sinistros e uma taxa de sinistralidade global bruta de 27% (32% em Dezembro de 2015).

6. ANÁLISE DA ACTIVIDADE DA COMPANHIA

A Companhia tem vindo a apostar no desenvolvimento interno de uma série de iniciativas inovadoras, que lhe permite garantir sustentabilidade à sua estratégia de diferenciação. Em 2016, ano em que a Companhia celebrou o seu 25º aniversário, foram muitas as mudanças e lançando-se assim as bases para um crescimento ainda mais sustentado.

Em 2016 a Companhia passou a contar com um novo logótipo, que por um lado a aproxima mais da sua accionista maioritária e, por outro, confere-lhe uma ambição mais global e internacional potenciando, essencialmente, a consolidação do segmento “Emigrantes”.

A par da mudança da identidade visual, destacam-se também:

- ✓ Alteração do sistema contabilístico do GIS para o SAP;
- ✓ Abertura da Agência da Ribeira Grande, Santo Antão;
- ✓ Abertura da Loja de Mediação Exclusiva de Achada São Filipe, Santiago;
- ✓ Autorização do BCV para comercialização do Seguro de Saúde, que será disponibilizado no mercado no 1º Trimestre de 2017 (constituindo, verdadeiramente, o 1º seguro de saúde privado em Cabo Verde);
- ✓ Implementação do Easy Flow nos sinistros, a nível nacional;
- ✓ Introdução de novas medidas no sistema/processo de orçamentação, definição de objectivos e avaliação de desempenho.

Ainda de referir que a Companhia foi eleita, pela GBF – Global Banking Finance & Review, como sendo a melhor seguradora em Cabo Verde.

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, a Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, tem desempenhado um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico e social do país. Tem actuado em várias áreas da sociedade, desenvolvendo acções de mecenato, de solidariedade e de beneficência, apoiando projectos com impacto social e cultural manifesto através da sua política de responsabilidade social assente nos seguintes pilares:

- ✓ Cultura
- ✓ Desporto
- ✓ Educação
- ✓ Solidariedade
- ✓ Ambiente

Além de participar activamente na economia e vida social do país, a Garantia tem procurado desenvolver produtos, serviços e parcerias que potenciem a protecção de todas as camadas sociais Cabo-verdianas.

7. RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2016, a Companhia contava com um total de 100 colaboradores, sendo 85 pertencentes ao quadro de pessoal e 15 contratados a termo. Verificou-se um aumento de 4 colaboradores (contratados a termo) face ao ano transacto.

A idade média dos colaboradores passou de 42 para 43 anos em 2016 e a média de antiguidade manteve-se nos 15 anos. Relativamente à distribuição por géneros, regista-se uma predominância das mulheres relativamente aos homens a exercer funções na Companhia (58 mulheres e 42 homens), constituindo um indicador positivo para a igualdade e equidade do género.

A Companhia, ao longo dos anos, tem recrutado jovens licenciados. Para além disso, motiva os seus colaboradores a continuar os estudos, dando-lhes apoios diversos. Em 2016, 48% dos colaboradores tinham formação do ensino superior, 47% do ensino secundário e 5% do ensino básico. Em 2015, eram 47%, 47% e 6%, respectivamente.

Durante o ano de 2016, foram desenvolvidas algumas formações de extrema importância e com grande impacto na Companhia. Como exemplo, destacamos as acções de formação

desenvolvidas sobre o SAP, Easy Flow, Seguro de Saúde, Follow-Up sobre Atendimento, Qualidade de Serviço e Proactividade Comercial e Follow-Up sobre Desenvolvimento de Competências de Gestão e Liderança.

8. ACTIVIDADE ECONÓMICA

8.1. CARTEIRA DE PRÉMIOS

A carteira de Prémios de Seguro Directo da Garantia, no fim do exercício de 2016, apresentava um crescimento de 9,3% face ao exercício de 2015. Este aumento reflecte o comportamento da grande maioria dos ramos, com destaque para o seguro de Responsabilidade Civil, que cresceu 26.536 mCVE, fruto de alguns seguros de fronting

	2015		2016		
	Prémios	T.v.h.	Prémios	T.v.h.	Peso
Vida	83.419	66%	98.865	19%	7%
Vida Risco	60.101	25%	65.268	9%	5%
PPR/E ^(a)	23.319	1000%	33.597	44%	3%
Não Vida	1.140.807	3%	1.239.567	9%	93%
Acidentes e Doenças	195.461	1%	218.224	12%	16%
Incêndio e Outros Danos	216.663	-5%	231.605	7%	17%
Automóvel	551.622	1%	575.535	4%	43%
Transportes	75.478	11%	85.687	14%	6%
Responsabilidade Civil G.	87.045	32%	113.582	30%	8%
Diversos	14.537	22%	14.934	3%	1%
Total	1.224.226	5%	1.338.432	9%	100%

(a) O PPR/E foi lançado em Nov./14.

Prémios em mCVE

Apesar da forte concorrência e da política de saneamento da carteira que a Garantia tem praticado ao longo dos últimos anos, o seguro automóvel apresentou um crescimento de 23.913 mCVE reflectindo, principalmente, um aumento no volume de negócio com alguns dos grandes clientes.

No segmento Acidentes e Doenças, merece destaque o seguro de Acidentes Pessoais Grupo, que atingiu um montante de prémios de 11.434 mCVE, correspondente a um aumento de 469% face ao ano anterior.

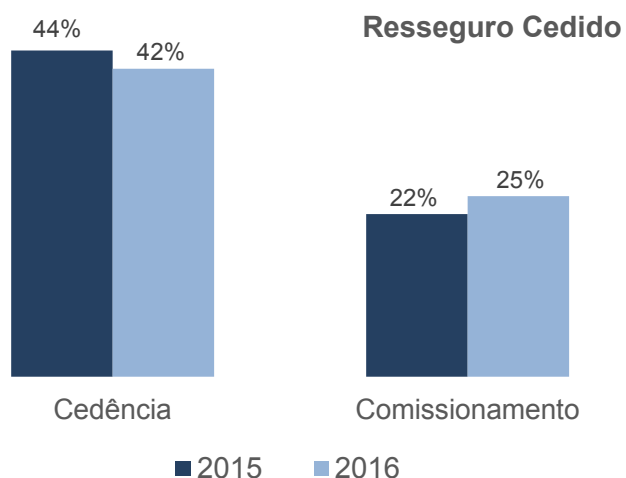
De realçar ainda, os seguros de Multi-Risco Profissional e Construção e Montagem (no agregado Incêndio e Outros Danos) que apresentaram um acréscimo de 9.470 mCVE (12%) e 6.202 mCVE (17%), respectivamente, face a 2015.

A contrabalançar a tendência crescente da carteira de Prémios de Seguro Directo, esteve o seguro de Marítimo Cascos (no agregado Transporte), que apresentou um decréscimo de 2.621 mCVE devido à não renovação de seguro de algumas embarcações.

Todos os ramos agrupados na actividade Vida Risco cresceram face a 2015, sobretudo o Vida Crédito Hipotecário que apresentou um crescimento de 4.081 mCVE (15%).

O Plano Poupança Reforma/Educação (PPR/E) foi lançado no mercado em Novembro de 2014, pelo que ainda se encontra em fase de crescimento. O número de apólices em vigor ao longo de 2016 apresentou um aumento de 27% face a 2015.

A nível de resseguro cedido, as taxas de cedência e de comissionamento foram:



8.2. REMUNERAÇÃO DE MEDIAÇÃO

Os custos de aquisição ascenderam a 128.883 mCVE, o que significa um aumento de 0,2% face a Dezembro de 2015.

A remuneração da mediação foi de 23.942 mCVE, o que traduz um aumento dos 10%:

	2015		2016	
	Comissão	Taxa	Comissão	Taxa
Vida	1.520	2%	899	1%
Vida Risco	1.512	3%	899	1%
PPR/E	8	0%	0	0%
Não Vida	20.154	2%	23.043	2%
Acidentes e Doenças	2.973	2%	5.105	2%
Incêndio e Outros Danos	4.864	2%	5.457	2%
Automóvel	6.584	1%	6.786	1%
Transportes	1.675	2%	1.654	2%
Responsabilidade Civil G.	3.902	4%	3.869	3%
Diversos	155	1%	173	1%
Total	21.674	2%	23.942	2%

Comissão em mCVE

8.3. SINISTRALIDADE

O total de custo com sinistros de seguro directo, acrescido dos custos de gestão imputados, atingiu o valor de 465.199 mCVE, reflectindo um agravamento de 15% face a 2015.

Se expurgarmos os custos de gestão imputados, teremos:

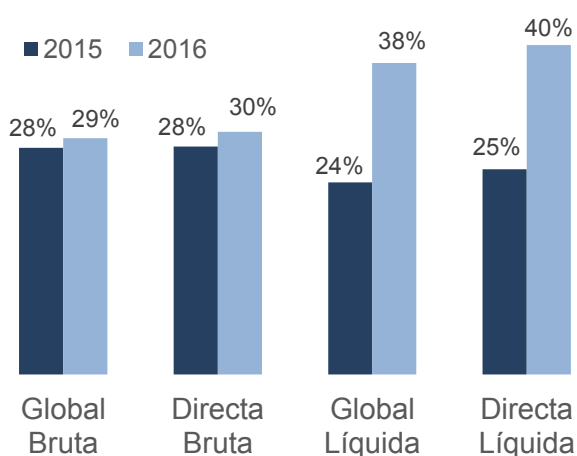
	2015			2016		
	Custo	T.v.h.	T.s.g.	Custo	T.v.h.	T.s.g.
Vida	15.028	218%	18%	10.125	-33%	10%
Não Vida	324.537	-30%	28%	377.323	16%	30%
Acidentes e Doenças	16.202	-10%	8%	36.731	127%	17%
Incêndio e Outros D.	85.582	148%	40%	59.010	-31%	25%
Automóvel	193.304	-43%	35%	260.140	35%	45%
Transportes	16.594	-75%	22%	4.357	-74%	5%
Responsabilidade C. G.	6.833	16%	8%	10.302	51%	9%
Diversos	6.022	-615%	41%	6.784	13%	45%
Total	339.565	-28%	28%	387.448	14%	29%

Custos em mCVE

Em 2015, ocorreu um elevado número de encerramento de processos, originando uma diminuição de provisão para sinistros, principalmente, nos ramos de Acidentes de Trabalho (no agregado Acidentes e Doenças) e Automóvel. Em 2016, em decorrência de novos processos de sinistros, houve um reforço de provisão para sinistros.

Em Setembro de 2016, ocorreu um sinistro no ramo incêndio, que originou uma perda total de um imóvel/restaurante, no valor de 54.000 mCVE.

As taxas de sinistralidade foram as seguintes:



8.4. CUSTOS POR NATUREZA

Os custos de gestão ascenderam a 465.717 mCVE, o que representa um aumento de 7% face a 2016:

	2015		2016	
	Custo	T.v.h.	Custo	T.v.h.
Custo Com Pessoal	211.121	3%	222.331	5%
Fornecimentos e Serviços Externos	150.230	2%	178.174	19%
Impostos e Taxas	22.013	5%	25.533	16%
Amortizações do Exercício	46.564	1%	31.804	-32%
Juros Suportados	6.567	-30%	7.447	13%
Comissões	609	-88%	428	-30%
Total	437.103	1%	465.717	7%

Custos em mCVE

De destacar, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, que sofreu um forte impacto, principalmente, dos custos associados a mudanças na imagem e no sistema contabilístico.

O aumento nos custos com pessoal, foi reflexo de um conjunto de factores, de entre os quais, o aumento salarial, o recrutamento de novos colaboradores e as promoções e progressões previstas no Plano de Cargos Carreiras e Salários.

A Companhia adoptou novas taxas de amortização, aprovadas pela Portaria n.º 42/2015, que levaram a um decréscimo nos custos com amortizações do exercício.

8.5. RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA

Em 2016, o rácio combinado Não-Vida, excluindo a actividade financeira e líquida de resseguro, foi de 92%. Se incluirmos a actividade financeira, teremos um rácio combinado Não-Vida líquido de resseguro de 89%. Em 2015, estes rácios foram de 84% e 82%, respectivamente.

8.6. COBRANÇA

Em 2016, conseguiu-se cobrar 93% do máximo cobrável, face aos 91% de 2015.

	2015	2016	T.v.h.
Máximo cobrável	1.465.538	1.547.538	6%
Cobrados	1.340.691	1.436.492	7%
Por Cobrar	124.847	111.046	-11%
Taxa de provisionamento	54%	49%	-5%

(Valores em mCVE)

9. ACTIVIDADE FINANCEIRA

9.1 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos atingiu o valor de 1.857.678 mCVE, o que representa um aumento de 10% face a 2015.

	2015	2016	Variações	
Activo Financeiro Disponível Para Vendas	335.219	334.479	-740	0%
Depósitos a Prazo	593.254	643.501	50.247	8%
Títulos de Dívida	122.819	215.459	92.640	75%
Terrenos e Edifícios	645.160	664.239	19.079	3%
Total Geral	1.696.452	1.857.678	161.226	10%

(Valores em mCVE)

Em 2016, à luz do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, passamos a incorporar os acréscimos de juros dos investimentos financeiros na rubrica Investimento.

9.2 RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos obtidos com a actividade financeira decresceram 3% face aos do ano anterior:

	2015	2016	Variações	
Activo Financeiro Disponível Para Vendas	8.223	7.602	-622	-8%
Depósitos a Prazo	27.874	25.109	-2.765	-10%
Títulos de Dívida	9.034	9.293	259	3%
Terrenos e Edifícios	12.363	13.550	1.187	10%
Total Geral	57.494	55.554	-1.940	-3%

(Valores em mCVE)

Em 2016, houve uma descida nas taxas de juro dos depósitos a prazo e nos dividendos da participação na CVC – Construções de Cabo Verde, SARL.

9.3 PROVISÕES TÉCNICAS

	2015	2016	Variações	
Provisão para prémios não adquiridos	183.303	215.251	31.948	17%
Provisão Matemática	40.854	71.481	30.627	75%
Provisão para sinistros de	866.725	886.990	20.265	2%
Vida	1.000	8.626	7.626	763%
Acidentes de trabalho	172.572	174.590	2.018	1%
Automóvel	527.725	548.721	20.996	4%
Outros ramos	165.427	155.052	-10.375	-6%
Total de Provisões Técnicas	1.090.882	1.173.722	82.840	8%

(Valores em mCVE)

Ocorreu, no exercício de 2016, um aumento das responsabilidades técnicas do ramo Vida, sobretudo ligadas aos produtos PPR/E e Vida Crédito Hipotecário.

A Garantia, além do acompanhamento actuarial das provisões para sinistros, feito pela Actuária interna, recorre também a análises de provisões para sinistros aos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, por serem os mais significativos. São feitas por Actuários externos, a empresa Magentakconcept – Consultores, Lda., representada pelo Professor Doutor Pedro Corte Real, e consideraram as provisões suficientes.

9.4 COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

A 31 de Dezembro de 2016, o Rácio de Cobertura das Responsabilidades Técnicas era de 139% para o Ramo Vida e de 134% para o Ramo Não-Vida. De referir que, em 2015, a margem de cobertura global era de 125%.

A Margem de Solvência exigível nos termos legais era de 430.433 mCVE e os Elementos Constitutivos da mesma eram de 1.046.644 mCVE, traduzindo um Rácio de Cobertura da Margem de Solvência de 243%.

Assim, a Companhia tem inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com os segurados e terceiros, cumpriu os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo os valores mínimos legalmente fixados.

10. RESULTADO E CAPITAL PRÓPRIO

10.1 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O resultado técnico de 2016 foi de 92.134 mCVE, evidenciando uma redução de 39% face ao de 2015, provocado pelo comportamento dos custos com sinistros e dos gastos de gestão (adopção da nova marca e do SAP).

Devido a flutuações favoráveis em algumas contas não técnicas, nomeadamente, actividade financeira, o resultado não técnico de 2016 ascendeu a 56.359 mCVE, face aos 8.702 mCVE negativos de 2015.

O resultado líquido de 2016 foi de 115.184 mCVE, 8% superior ao de 2015 (106.612 mCVE).

O resultado por acção subiu de 533 escudos para 576 escudos.

10.2 CAPITAIS PRÓPRIOS

Impulsionados tanto pelo Resultado Líquido como pelas Reservas, os Capitais Próprios ascenderam a 1.102.031 mCVE, o que representa um aumento de 4% face ao ano anterior:

	2015	2016	Varição Anual	
Capital Social	400.000	400.000	0	0%
Acções Próprias	0	-9.816	-9.816	
Reservas	506.681	550.644	43.963	9%
De reavaliação	168.216	168.180	-36	0%
Por impostos diferidos	-43.693	-42.862	831	-2%
Outras reservas	382.159	425.327	43.168	11%
Resultados transitados	46.019	46.019	0	0%
Resultado do exercício	106.612	115.184	8.573	8%
Total de Capitais Próprios	1.059.312	1.102.031	42.720	4%

(Valores em mCVE)

A Rentabilidade dos Capitais Próprios foi de 10,5%.

11. PERSPECTIVA DE EVOLUÇÃO

Para 2017, espera-se a continuidade na recuperação nos indicadores de desempenho macroeconómico de Cabo Verde, com a actividade seguradora a acompanhar esta recuperação.

Para o exercício de 2017, está prevista a revisão de alguns produtos existentes, bem como o lançamento de novos produtos, nomeadamente, um novo seguro de Saúde.

O crescimento no ramo Vida será fruto de uma dinamização de vendas dos produtos Plano Poupança Reforma/Educação e Vida Risco.

Para o segmento Não-Vida, espera-se uma evolução positiva dos prémios, provocada, sobretudo, pelo aumento da oferta de novos produtos (em especial o de saúde) e pela revisão dos já existentes (especialmente Automóvel e Multirriscos).

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 115.184.097,64 CVE (cento e quinze milhões, cento e oitenta e quatro mil, noventa e oito escudos e sessenta e quatro centavos), o Conselho de Administração deliberou propor aos accionistas a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal (10%): 11.518.409,76

Outras Reservas (30%): 34.555.229,29

Dividendos a distribuir (60%): 69.110.458,58

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este relatório, o Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que mais contribuíram para os resultados alcançados no exercício, e em especial:

Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Cabo Verde, pelo diálogo construtivo que sempre mantiveram com o Conselho de Administração;

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade da empresa;

Aos Mediadores, Corretores e Resseguradores, pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a Companhia;


À Fidelidade – Companhia de Seguros SA, por todo o apoio prestado;

A todos os colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização da Garantia.

Para os nossos clientes, gostaríamos de deixar aqui uma especial palavra de reconhecimento pela preferência pela Garantia e pelo estímulo para uma melhoria permanente da qualidade de serviço.

Praia, 03 de Março de 2017

O Conselho de Administração,



Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos – Presidente do Conselho de Administração



Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Adérito Tavares Fernandes – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Francisco Pinto Machado Costa – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Francisco Miguel Lupi Alves Caetano – Vogal do Conselho de Administração

14. RELATÓRIO DO ACTUÁRIO

As principais conclusões a que se chegou na análise efectuada às Provisões Técnicas de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 14/99, de 26 de Julho, o Decreto Legislativo nº 3/2010, de 8 de Março, e o Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho, emitidas pelo Banco de Cabo Verde - BCV foram:

Provisões Técnicas - Não Vida

As provisões técnicas estão calculadas de acordo com a legislação em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante das provisões técnicas para sinistros e das provisões matemáticas dos ramos não-vida eram globalmente suficientes.

(ver relatório actuarial)

Provisões Técnicas - Vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida foram calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde.

Os valores das provisões matemáticas do Ramo Vida, em 31 de Dezembro de 2016, obedecem aos princípios e aos métodos de cálculo estabelecidos no Aviso nº 14/99.

Considerando os factos anteriormente mencionados, têm-se por adequadas as provisões matemáticas do Ramo Vida.

Praia, 27 de Fevereiro de 2017

A Actuária,



Nilsa Fonseca Sousa

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

	Valor bruto	2016 Imparidade depreciações amortizações ajustamentos	Valor líquido
ACTIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	62.400		62.400
Activos disponíveis para venda	360.759	(26.280)	334.479
Empréstimos e contas a receber	870.949	(11.989)	858.960
Empréstimos sobre títulos	197.078	(11.989)	185.089
Outros empréstimos	30.370		30.370
Outros depósitos	643.501		643.501
Terrenos e edifícios	718.186	(53.947)	664.239
Terrenos e edifícios de uso próprio	387.665	(53.947)	333.718
Terrenos e edifícios de rendimento	330.521	-	330.521
Outros activos tangíveis	216.821	(106.421)	110.400
Inventários	1.337	-	1.337
Outros activos intangíveis	56.133	(46.691)	9.442
Provisões técnicas de resseguro cedido	496.091	-	496.091
Provisão para prémios não adquiridos	65.974	-	65.974
Provisão matemática	6.838	-	6.838
Provisão para sinistros	423.279	-	423.279
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	438.243	(88.535)	349.709
Contas a receber por operações de seguro directo	168.724	(54.787)	113.936
Contas a receber por outras operações de resseguro	137.785	(12.334)	125.450
Contas a receber por outras operações	131.735	(21.413)	110.322
Activos por impostos	1.813	-	1.813
Activos por impostos correntes	1.813	-	1.813
Activos por impostos diferidos	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	11.507		11.507
TOTAL ACTIVO	3.234.238	(333.862)	2.900.377

(mCVE)

Directora Financeira:



Conselho de Administração:




PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2016
CAPITAL PRÓPRIO	
Capital	400.000
(Acções Próprias)	(9.816)
Reservas de reavaliação	168.180
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	168.180
Reservas por impostos diferidos	(42.862)
Outras reservas	425.327
Resultados transitados	46.019
Resultado do exercício	115.184
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	1.102.031
PASSIVO	
Provisões técnicas	1.173.722
Provisão para prémios não adquiridos	215.251
Provisão para seguros e operações do ramo vida	71.481
Provisão para sinistros	886.990
De vida	8.626
De acidentes de trabalho	174.590
De automóvel	548.721
De outros ramos	155.052
Outros passivos financeiros	208.038
Depósitos recebidos de resseguradores	208.038
Outros credores por operações de seguros e outras operações	274.786
Contas a pagar por operações de seguro directo	98.009
Contas a pagar por outras operações de resseguro	100.463
Contas a pagar por outras operações	76.313
Passivos por impostos	82.645
Passivos por impostos correntes	37.783
Passivos por impostos diferidos	44.862
Acréscimos e diferimentos	59.155
Outras provisões	-
TOTAL PASSIVO	1.798.346
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2.900.377
	(mCVE)

Directora Financeira:



Conselho de Administração:



Conta de ganhos e perdas	2016			Total
	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	67.853	667.329	-	735.182
Prémios brutos emitidos	98.865	1.239.567	-	1.338.432
Prémios de resseguro cedido	(31.012)	(529.671)	-	(560.683)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(34.710)	-	(34.710)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(7.857)	-	(7.857)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(5.740)	(368.553)	-	(374.293)
Montantes pagos	(2.577)	(292.773)	-	(295.350)
Montantes brutos	(2.577)	(438.777)	-	(441.354)
Parte dos resseguradores	-	146.003	-	146.003
Provisão para sinistros (variação)	(3.163)	(75.780)	-	(78.942)
Montante bruto	(7.626)	(16.219)	-	(23.845)
Parte dos resseguradores	4.464	(59.560)	-	(55.097)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(32.728)	-	-	(32.728)
Montante bruto	(30.626)	-	-	(30.626)
Parte dos resseguradores	(2.101)	-	-	(2.101)
Custos e gastos de exploração líquidos	(21.244)	(374.042)	-	(395.285)
Custos de aquisição	(5.176)	(123.707)	-	(128.883)
Custos com comissões diferidas	-	2.762	-	2.762
Gastos administrativos	(16.068)	(253.096)	-	(269.164)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	5.779	131.948	-	137.727
Rendimentos	6.698	33.076	15.780	55.554
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4.358	26.806	10.840	42.004
Outros	2.340	6.270	4.940	13.550
Gastos financeiros	(1.683)	(9.928)	(2.250)	(13.861)
Outros	(1.683)	(9.928)	(2.250)	(13.861)
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	218	218
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	(1.920)	-	(1.920)
De activos disponíveis para venda	-	(1.920)	-	(1.920)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	320	(2.782)	-	(2.462)
Outras provisões (variação)	9.534	3.268	5.397	18.199
Outros rendimentos/gastos	-	-	22.162	22.162
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	28.791	78.395	41.307	148.492
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	(33.308)	(33.308)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.791	78.395	7.998	115.184

Directora Financeira:



Conselho de Administração:




III.ANEXOS ÀS CONTAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade depreciações amortizações ajustamentos	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6; 9; 28	62.400		62.400	90.189
Activos disponíveis para venda	Anexo 1; 5; 9	360.759	(26.280)	334.479	335.219
Empréstimos e contas a receber	5; 9	870.949	(11.989)	858.960	716.073
Empréstimos sobre títulos		197.078	(11.989)	185.089	-
Outros empréstimos		30.370		30.370	122.819
Outros depósitos		643.501		643.501	593.254
Terrenos e edifícios	7; 9	718.186	(53.947)	664.239	645.160
Terrenos e edifícios de uso próprio		387.665	(53.947)	333.718	340.750
Terrenos e edifícios de rendimento		330.521	-	330.521	304.411
Outros activos tangíveis	8; 9	216.821	(106.421)	110.400	98.951
Inventários		1.337	-	1.337	1.290
Outros activos intangíveis		56.133	(46.691)	9.442	10.441
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	496.091	-	496.091	543.649
Provisão para prémios não adquiridos		65.974	-	65.974	56.398
Provisão matemática		6.838	-	6.838	8.939
Provisão para sinistros		423.279	-	423.279	478.312
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	438.243	(88.535)	349.709	340.238
Contas a receber por operações de seguro directo		168.724	(54.787)	113.936	123.579
Contas a receber por outras operações de resseguro		137.785	(12.334)	125.450	68.778
Contas a receber por outras operações		131.735	(21.413)	110.322	147.881
Activos por impostos	22	1.813	-	1.813	32.357
Activos por impostos correntes		1.813	-	1.813	16.330
Activos por impostos diferidos		-	-	-	16.028
Acréscimos e diferimentos	35	11.507		11.507	34.470
TOTAL ACTIVO		3.234.238	(333.862)	2.900.377	2.848.037

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	400.000	400.000
(Acções Próprias)		(9.816)	
Reservas de reavaliação		168.180	168.216
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	24	168.180	168.216
Reservas por impostos diferidos	24	(42.862)	(43.693)
Outras reservas	24	425.327	382.159
Resultados transitados		46.019	46.019
Resultado do exercício	25	115.184	106.612
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.102.031	1.059.312
PASSIVO			
Provisões técnicas	4.1.	1.173.722	1.090.882
Provisão para prémios não adquiridos		215.251	183.303
Provisão para seguros e operações do ramo vida		71.481	40.854
Provisão para sinistros		886.990	866.725
De vida		8.626	1.000
De acidentes de trabalho		174.590	172.572
De automóvel		548.721	527.725
De outros ramos		155.052	165.427
Outros passivos financeiros	5.3.	208.038	215.087
Depósitos recebidos de resseguradores		208.038	215.087
Outros credores por operações de seguros e outras operações	34	274.786	270.317
Contas a pagar por operações de seguro directo		98.009	112.142
Contas a pagar por outras operações de resseguro		100.463	84.907
Contas a pagar por outras operações		76.313	73.268
Passivos por impostos	22	82.645	105.391
Passivos por impostos correntes		37.783	43.684
Passivos por impostos diferidos		44.862	61.707
Acréscimos e diferimentos	35	59.155	58.769
Outras provisões	11	-	48.278
TOTAL PASSIVO		1.798.346	1.788.725
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.900.377	2.848.037

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016			Total	2015
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	12; Anexo 4	67.853	667.329	-	735.182	636.532
Prémios brutos emitidos		98.865	1.239.567	-	1.338.432	1.224.226
Prémios de resseguro cedido		(31.012)	(529.671)	-	(560.683)	(543.529)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(34.710)	-	(34.710)	(7.653)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	(7.857)	-	(7.857)	(36.511)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(5.740)	(368.553)	-	(374.293)	(226.575)
Montantes pagos		(2.577)	(292.773)	-	(295.350)	(280.968)
Montantes brutos		(2.577)	(438.777)	-	(441.354)	(486.970)
Parte dos resseguradores		-	146.003	-	146.003	206.001
Provisão para sinistros (variação)		(3.163)	(75.780)	-	(78.942)	54.393
Montante bruto		(7.626)	(16.219)	-	(23.845)	80.869
Parte dos resseguradores		4.464	(59.560)	-	(55.097)	(26.475)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(32.728)	-	-	(32.728)	(24.868)
Montante bruto		(30.626)	-	-	(30.626)	(26.328)
Parte dos resseguradores		(2.101)	-	-	(2.101)	1.461
Custos e gastos de exploração líquidos	19	(21.244)	(374.042)	-	(395.285)	(381.957)
Custos de aquisição		(5.176)	(123.707)	-	(128.883)	(128.681)
Custos com comissões diferidas		-	2.762	-	2.762	-
Gastos administrativos		(16.068)	(253.096)	-	(269.164)	(253.275)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	13	5.779	131.948	-	137.727	120.291
Rendimentos	14	6.698	33.076	15.780	55.554	57.494
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		4.358	26.806	10.840	42.004	45.131
Outros		2.340	6.270	4.940	13.550	12.363
Gastos financeiros		(1.683)	(9.928)	(2.250)	(13.861)	(10.286)
Outros		(1.683)	(9.928)	(2.250)	(13.861)	(10.286)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	15	-	-	-	-	643
De activos disponíveis para venda		-	-	-	-	643
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	218	218	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)		-	(1.920)	-	(1.920)	(25.851)
De activos disponíveis para venda	5.1	-	(1.920)	-	(1.920)	-
De outros	8	-	-	-	-	(25.851)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	36	320	(2.782)	-	(2.462)	33.017
Outras provisões (variação)	11	9.534	3.268	5.397	18.199	(21.403)
Outros rendimentos/gastos	36	-	-	22.162	22.162	(14.090)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		28.791	78.395	41.307	148.492	142.948
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	-	-	(33.308)	(33.308)	(36.336)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25	28.791	78.395	7.998	115.184	106.612

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	115.184	106.612
RENDIMENTO INTEGRAL NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS		
Ganhos líquidos por alienação de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação das reservas por impostos diferidos	831	4
Variação de justo valor de activos disponíveis para venda	(36)	(4.581)
TOTAL	795	(4.577)
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	115.979	102.035

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de variações do capital próprio	Notas	Capital social	Acções Próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultados do exercício	Total
				Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		400.000	-	172.796	(43.697)	116.423	163.198	279.621	46.019	170.897	1.025.636
Transferência para resultados por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	5 e 24	-	-	(4.581)	4	-	-	-	-	-	(4.577)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	24	-	-	-	-	17.090	85.448	102.538	-	(102.538)	-
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.359)	(68.359)
Total das variações do capital próprio		-	-	(4.581)	4	17.090	85.448	102.538	-	(170.897)	(72.936)
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	-	-	-	-	106.612	106.612
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		400.000	-	168.215	(43.693)	133.513	248.646	382.159	46.019	106.612	1.059.312
Aumento de capital por incorporação de reservas	23	-	(9.816)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transacção de acções próprias	5 e 24	-	-	(36)	831	-	-	-	-	-	(9.816)
Transferência para resultados por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	24	-	-	-	-	10.661	32.507	43.168	-	(43.168)	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	24	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.444)	(63.444)
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.444)	(63.444)
Total das variações do capital próprio		-	(9.816)	(36)	831	10.661	32.507	43.168	-	(106.612)	(72.465)
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	-	-	-	-	115.184	115.184
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		400.000	(9.816)	168.180	(42.862)	144.174	281.153	425.327	46.019	115.184	1.102.031

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	777.749	680.696
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(221.244)	(219.257)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	113.786	98.616
Pagamentos a empregados e fornecedores	(400.119)	(358.815)
Outros	(32.598)	(43.382)
	<u>237.573</u>	<u>157.859</u>
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	1.286	12.612
	<u>1.286</u>	<u>12.612</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	(13.473)	10.806
Credores por operações de seguro directo e resseguro	4.468	(39.456)
Credores por outras operações	(9.816)	-
Outros passivos	8.615	(2.806)
	<u>(10.206)</u>	<u>(31.456)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	228.653	139.014
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(33.308)	(36.336)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>195.344</u>	<u>102.678</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.216)	3.000
Empréstimos e contas a receber	2.142	2.142
Activos tangíveis e intangíveis	4.955	3.800
Rendimentos de activos financeiros	42.004	45.774
Outros recebimentos	10.813	12.435
	<u>58.698</u>	<u>67.151</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Empréstimos e contas a receber	(145.029)	(19.987)
Propriedades de investimento	(23.155)	(19.829)
Activos tangíveis e intangíveis	(49.631)	(38.311)
Outros	(47)	0
	<u>(217.862)</u>	<u>(78.126)</u>
Concentrações de actividades empresariais:		
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(159.165)</u>	<u>(10.975)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Distribuição de Dividendos	(63.969)	(68.359)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(63.969)</u>	<u>(68.359)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(27.789)	23.345
Caixa e seus equivalentes no início do período	90.189	66.844
Caixa e seus equivalentes no fim do período	62.400	90.189
	<u>(27.789)</u>	<u>23.345</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras da Garantia – Companhia de Seguros, S.A. foram elaboradas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, quando aplicável.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia” ou “Companhia”) resultou da cisão do ex-Instituto de Seguros e Providência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o negócio segurador.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro de 1999, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e pelo Banco Interatlântico, S.A. adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia. Durante o exercício de 2014, a CGD alienou a totalidade da participação que detinha no capital social da Companhia à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) (Nota 23).

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguro directo e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer actividades conexas e complementares.

A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de Fevereiro de 2017, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

Sub-Segmento	Ramos do sub-segmento
Vida	Vida risco Plano poupança reforma/educação
Acidentes e doenças	Acidentes de trabalho Acidentes pessoais Pessoas transportadas Viagens
Doença	Doença
Incêndio e outros danos	Incêndio e elementos da natureza Outros danos
Automóvel	Mercadorias transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
Transportes	Marítimo mercadorias transportadas Marítimo mercadorias transportadas apólices abertas Aéreo mercadorias transportadas Aéreo casco Inibição de voo
Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil geral
Diversos	Caução

A Companhia desenvolve a sua actividade em Cabo Verde.

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de Resultado	2016								Total
	Vida	Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Não Vida		Responsab. civil geral	Diversos	Não Afectos	
			Automóvel	Transportes					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	67.853	157.086	43.690	619.456	1.936.916	8.722	14.774	-	735.182
Prémios brutos emitidos	98.865	218.224	231.605	575.535	85.687	113.582	14.934		1.338.432
Prémios de resseguro cedido	(31.012)	(51.750)	(178.955)	(129.351)	(60.924)	(108.692)	-		(560.683)
Provisão prémios não adquiridos (variação)		(8.338)	(2.434)	(13.238)	148	(10.687)	(160)		(34.710)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (var.)		(1.050)	(6.525)	(14.266)	(536)	14.520	-		(7.857)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(5.740)	(54.516)	(19.783)	(267.930)	(8.434)	(9.381)	(8.509)	-	(374.293)
Montantes pagos	(2.577)	(43.845)	(14.708)	(209.945)	(8.374)	(9.091)	(6.810)	-	(295.350)
Montantes brutos	(2.577)	(49.159)	(81.233)	(274.496)	(13.403)	(13.675)	(6.810)		(441.354)
Parte dos resseguradores	-	5.313	66.525	64.552	5.029	4.584	-		146.003
Provisão para sinistros (variação)	(3.163)	(10.671)	(5.075)	(57.986)	(59)	(290)	(1.699)	-	(78.942)
Montante bruto	(7.626)	(4.496)	20.772	(31.239)	2.546	(2.104)	(1.699)		(23.845)
Parte dos resseguradores	4.464	(6.176)	(25.846)	(26.746)	(2.605)	1.813	-		(55.097)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(32.728)	-	-	-	-	-	-	-	(32.728)
Montante bruto	(30.626)								(30.626)
Parte dos resseguradores	(2.101)								(2.101)
Custos e gastos de exploração líquidos	(21.244)	(85.091)	(44.000)	(217.485)	(12.687)	(10.693)	(4.086)	-	(395.285)
Custos de aquisição	(5.176)	(28.268)	(14.369)	(66.268)	(6.916)	(6.361)	(1.526)		(128.883)
Custos de aquisição diferido	-	526	417	1.272	59	434	55		2.762
Gastos administrativos	(16.068)	(57.349)	(30.048)	(152.489)	(5.830)	(4.765)	(2.614)		(269.164)
Comissões e part. nos result. resseguro	5.779	14.272	40.147	48.377	16.545	12.608	-		137.727
Rendimentos de investimentos	6.698	6.116	1.320	24.653	153	397	437	15.780	55.554
De juros de activos financ. n/ valor. jv por via de ganhos e perdas	4.358	6.116	1.320	18.383	153	397	437	10.840	42.004
Outros	2.340			6.270				4.940	13.550
Gastos financeiros	(1.683)	(2.576)	(1.033)	(5.556)	(134)	(328)	(301)	(2.250)	(13.861)
Ganhos líq. de activos e passivos financeiros valor. vj por ganhos e perdas								218	218
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)		(1.920)							(1.920)
Outros rendimentos / gastos técnicos líquidos de resseguro	320	(10)	(397)	(2.375)					(2.462)
Outras provisões (variação)	9.534	12.277	(3.995)	(14.193)	8.176	513	488	5.397	18.199
Outros rendimentos / gastos								22.162	22.162
Imposto sobre o rendimento do exercício								(33.308)	(33.308)
Resultado líquido do exercício	28.791	45.636	15.951	184.946	1.940.536	1.839	2.803	7.998	115.184

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2016							Total	
	Vida	Não Vida			Responsab. civil geral	Diversos	Não Afectos		
		Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Automóvel	Transportes				
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem								62.400	62.400
Activos disponíveis para venda	24.814	237.967	-	61.160	-	-	-	10.538	334.479
Empréstimos e contas a receber	140.913	30.370	-	465.469	-	-	-	163.677	858.960
Terrenos e edifícios	62.842		-	172.467	-	-	-	168.984	664.239
Outros activos tangíveis								9.442	9.442
Inventários								1.337	1.337
Outros activos intangíveis								9.442	9.442
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.301	113.879	88.045	245.841	8.395	28.629	-	-	496.091
Provisões para prémios não adquiridos		5.141	16.354	18.192	5.036	21.251	-		65.974
Provisão matemática	6.838								6.838
Provisão para sinistros	4.464	108.738	71.691	227.649	3.359	7.378	-		423.279
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	743	7.167	17.984	26.693	5.976	2.256	53.429	235.461	349.709
Contas a receber por operações de seguro directo	743	7.167	17.984	26.693	5.976	2.256	53.429	(311)	113.936
Contas a receber por outras operações de resseguro								125.450	125.450
Contas a receber por outras operações								110.322	110.322
Activos por impostos	258	328	233	414	63	121	21	377	1.813
Activos por impostos correntes	258	328	233	414	63	121	21	377	1.813
Activos por impostos diferidos									-
Acréscimos e diferimentos								11.507	11.507
	240.871	389.710	106.262	972.045	14.434	31.005	53.451	673.165	2.799.419

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2016								Total
	Vida	Não Vida				Responsab. civil geral	Diversos	Não Afectos	
		Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Automóvel	Transportes				
Passivo									
Provisões técnicas	80.107	201.599	119.520	683.320	13.845	35.850	39.481	0	1.173.722
Provisões para prémios não adquiridos		18.942	39.651	120.762	5.761	25.607	4.529	0	215.251
Provisão para seguros e operações do ramo vida	71.481								71.481
Provisão para sinistros	8.626	182.657	79.869	562.558	8.083	10.244	34.953		886.990
Provisão para riscos em curso									-
Depósitos recebidos de resseguradores								208.038	208.038
Outros credores por operações de seguros e outras operações	10.791	5.921	10.866	41.314	18.185	4.236	5.357	178.116	274.786
Contas a pagar por operações de seguro directo	10.791	5.921	10.866	41.314	18.185	4.236	5.357	1.340	98.009
Contas a pagar por outras operações de resseguro								100.463	100.463
Contas a pagar por outras operações								76.313	76.313
Passivos por impostos	-	6.100	6.872	11.808	2.212	3.093	430	52.131	82.645
Passivos por impostos correntes		6.100	6.872	11.808	2.212	3.093	430	7.269	37.783
Passivos por impostos diferidos								44.862	44.862
Outras provisões									-
Acréscimos e diferimentos								59.155	59.155
	90.898	213.620	137.257	736.442	34.241	43.179	45.268	497.441	1.798.346

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de Resultado	2015							Total
	Vida	Não Vida					Diversos	
		Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Automóvel	Transportes	Responsab. civil geral		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	51.543	145.595	26.054	353.282	28.442	17.554	14.061	636.532
Prémios brutos emitidos	83.419	195.461	216.663	551.622	75.478	87.045	14.537	1.224.226
Prémios de resseguro cedido	(31.876)	(51.929)	(178.268)	(176.222)	(45.672)	(59.563)	-	(543.529)
Provisão prémios não adquiridos (variação)		2.429	790	(5.204)	(1.628)	(3.564)	(476)	(7.653)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (var.)		(365)	(13.132)	(16.915)	264	(6.364)	-	(36.511)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.528)	(5.493)	(1.845)	(216.076)	11.292	(5.189)	(6.736)	(226.575)
Montantes pagos	(3.025)	(24.975)	(7.334)	(232.157)	(7.017)	(4.231)	(2.229)	(280.968)
Montantes brutos	(20.025)	(32.303)	(15.758)	(332.481)	(78.051)	(6.122)	(2.229)	(486.970)
Parte dos resseguradores	17.000	7.328	8.424	100.324	71.035	1.891	-	206.001
Provisão para sinistros (variação)	497	19.483	5.489	16.081	18.309	(958)	(4.507)	54.393
Montante bruto	4.997	9.475	(70.911)	83.770	60.650	(2.605)	(4.507)	80.869
Parte dos resseguradores	(4.500)	10.008	76.400	(67.689)	(42.342)	1.647	-	(26.475)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(24.868)	-	-	-	-	-	-	(24.868)
Montante bruto	(26.328)	-	-	-	-	-	-	(26.328)
Parte dos resseguradores	1.461	-	-	-	-	-	-	1.461
Custos e gastos de exploração líquidos	(9.486)	(108.253)	(62.874)	(181.276)	(10.038)	(7.741)	(2.289)	(381.957)
Custos de aquisição	(4.171)	(36.345)	(16.344)	(59.461)	(5.499)	(5.949)	(913)	(128.681)
Gastos administrativos	(5.315)	(71.908)	(46.531)	(121.814)	(4.538)	(1.793)	(1.376)	(253.275)
Gastos com investimentos	(189)	(899)	(1.415)	(7.268)	(231)	(106)	(178)	(10.286)
Comissões e part. nos result. resseguro	5.961	16.613	38.067	40.378	13.288	5.984	-	120.291
Rendimentos	6.586	2.413		26.347				57.494
Ganhos líq. activos/passivos financeiros n/ valor. vj por ganhos e perdas								643
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)								(25.851)
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro							(108)	33.017
Outras provisões (variação)	93	(4.105)	(1.911)	(1.681)	(3.379)	(457)	37	(21.403)
Outros rendimentos / gastos								(14.090)
Imposto sobre o rendimento do exercício								(36.336)
	27.112	45.871	(3.925)	13.705	39.376	10.046	4.787	106.612

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015								Total
	Vida	Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Automóvel	Transportes	Responsab. civil geral	Diversos	Não Afectos	
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem								90.189	90.189
Activos disponíveis para venda	14.649	239.872		59.967				20.732	335.219
Empréstimos e contas a receber	23.521	20.000		350.552				322.000	716.073
Terrenos e edifícios	12.469			72.188			266.549	293.954	645.160
Outros activos tangíveis	-							98.951	98.951
Inventários								1.290	1.290
Outros activos intangíveis								10.441	10.441
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.939	109.423	114.442	290.637	10.323	9.885	-	0	543.649
Provisões para prémios não adquiridos		4.358	16.906	26.393	4.364	4.377		0	56.398
Provisão matemática	8.939							-	8.939
Provisão para sinistros	(0)	105.065	97.536	264.244	5.959	5.508		(0)	478.312
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	340.238	340.238
Contas a receber por operações de seguro directo								123.579	123.579
Contas a receber por outras operações de resseguro								68.778	68.778
Contas a receber por outras operações								147.881	147.881
Activos por impostos								32.357	32.357
Activos por impostos correntes								16.330	16.330
Activos por impostos diferidos								16.028	16.028
Acréscimos e diferimentos								34.470	34.470
	59.578	369.295	114.442	773.343	10.323	9.885	266.549	1.244.622	2.848.037

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015								Total
	Vida	Não Vida					Diversos	Não Afectos	
		Acidentes e doença	Incêndio e out. danos	Automóvel	Transportes	Responsab. civil geral			
Passivo									
Provisões técnicas	41.854	194.656	138.274	636.521	16.598	23.493	39.486	-	1.090.882
Provisões para prémios não adquiridos		11.130	37.634	108.796	5.968	15.353	4.423		183.303
Provisão para seguros e operações do ramo vida	40.854								40.854
Provisão para sinistros	1.000	183.526	100.640	527.725	10.630	8.140	35.063		866.725
Provisão para riscos em curso									-
Depósitos recebidos de resseguradores		5.156	24.054	175.837	10.041				215.087
Outros credores por operações de seguros e outras operações								270.317	270.317
Contas a pagar por operações de seguro directo								112.142	112.142
Contas a pagar por outras operações de resseguro								84.907	84.907
Contas a pagar por outras operações								73.268	73.268
Passivos por impostos								105.391	105.391
Passivos por impostos correntes								43.684	43.684
Passivos por impostos diferidos								61.707	61.707
Outras provisões								48.278	48.278
Acréscimos e diferimentos								58.769	58.769
	41.854	199.812	162.328	812.358	26.639	23.493	39.486	482.756	1.788.725

3. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e estão expressas em Escudos cabo-verdianos e arredondadas à unidade. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Companhia não tem activos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que, aquando do reconhecimento inicial, os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i. Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e por empresas cabo-verdianas adquiridos essencialmente para detenção até à maturidade, para os quais não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

ii. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- ✓ Acções de empresas;
- ✓ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação” (Nota 24). No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respectivamente.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos” (Nota 14) quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor dos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Com o objectivo de melhorar a coerência e a comparabilidade na valorização do valor justo e divulgações relacionadas, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis as técnicas de avaliação utilizadas. O maior nível na hierarquia do justo valor é dado aos preços cotados (não ajustados) em activos mercados para activos idênticos ou passivos (Nível 1) e o menor nível corresponde aos dados não observáveis (Nível 3).

Os três níveis da hierarquia do justo valor são:

- ✓ Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.
- ✓ Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- ✓ Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Em 2016 e 2015, todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor detidos pela Companhia encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo de valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13.

iii. Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua, periodicamente, análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia considera, de acordo com a norma IAS 39, que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva nas seguintes situações:

- ✓ Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ✓ Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- ✓ Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- ✓ Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- ✓ O desaparecimento de um mercado activo para esse produto financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.2.1. ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de Reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i. Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii. Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Companhia efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes instrumentos de capital próprio não podem igualmente ser revertidas.

3.2.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados na categoria “Outros passivos financeiros” e respeitam a depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”. A rubrica “Outros passivos financeiros” inclui descobertos em depósitos à ordem.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

3.2.3. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de avaliadores externos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 16).

3.2.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu custo de aquisição, para aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 2010, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, excepto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros activos tangíveis” e amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Até 1 de Janeiro de 2010, data da transição para o PCES, os imóveis de serviço próprio eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. Se ocorrerem situações que indiquem alterações significativas no valor dos imóveis, estes podem ser reavaliados, a título excepcional, no prazo de um ano.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objecto de amortização.

3.2.5. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	2 a 12 anos
Equipamento informático	3 a 5 anos
Material de transporte	3 a 7 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12 anos

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 5 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

3.2.6. Outros activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

3.2.7. Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte

correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

3.2.8. Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Companhia está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são, normalmente, registados para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Garantia correspondem aos impactos da adopção das NIRF e à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.2.9. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências resultantes da actividade da Companhia, incluindo contingências fiscais. Nestes casos, os reforços de provisão são registados por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes”.

3.2.10. Benefícios dos empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

3.2.11. Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2.12. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos em divisas são convertidos em Escudos de Cabo Verde às taxas de câmbio oficiais em vigor à data das demonstrações financeiras.

Os proveitos e custos relativos a diferenças cambiais geradas pelas transacções em divisas registam-se no período em que ocorrem. As diferenças cambiais originadas pela actualização cambial dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data das demonstrações financeiras, são também reflectidas na demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde.

3.2.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

3.2.14. Ajustamentos para recibos por cobrar

A rubrica “Ajustamentos de recibos por cobrar” tem por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização, tendo

como limite mínimo o valor calculado de acordo com o Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

3.3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas:

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4.1. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem, de forma adequada, a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.2.1. iii). A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Neste sentido, a determinação da existência de perdas por imparidade está sujeita à subjectividade inerente à identificação e análise dos eventuais indícios

de imparidade resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como à subjectividade associada à estimativa dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas avaliações externas tal como descrito na Nota 3.2.1. iii). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Garantia sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3.4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.4.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Na nota 37 apresentamos as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, com potencial relevância para a Companhia, cuja aplicação é

obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Companhia não adoptou antecipadamente. Estas novas normas poderão ter impactos futuros nas demonstrações financeiras da Companhia, os quais ainda não foram objecto de quantificação.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

4.1. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO

Estas provisões foram calculadas em conformidade com o Aviso nº 5/2010, de 28 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

4.1.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

De acordo com o previsto pelas normas do BCV, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 18% dos respectivos prémios diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia tem registado custos de aquisição diferidos. Esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2016						
	Seguro directo			Resseguro cedido			
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	PPNA Líquido
Acidentes e doença	19.469	(526)	18.942	6.974	(1.833)	5.141	13.801
Incêndio e outros danos	40.065	(415)	39.651	23.132	(6.778)	16.354	23.297
Automóvel	122.034	(1.272)	120.762	24.257	(6.065)	18.192	102.570
Transportes	5.820	(59)	5.761	6.245	(1.208)	5.036	725
Responsab. civil geral	26.040	(434)	25.607	23.604	(2.354)	21.251	4.356
Diversos	4.583	(55)	4.529	-	-	-	4.529
	218.010	(2.759)	215.251	84.211	(18.237)	65.974	149.277
							(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2015 esta provisão tinha a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2015						
	Seguro directo			Resseguro cedido			PPNA Líquido
	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	Prémios Não Adquiridos	Custos de Aquisição Diferidos	PPNA	
Acidentes e doença	11.130	-	11.130	4.358	-	4.358	6.772
Incêndio e outros danos	37.634	-	37.634	16.906	-	16.906	20.728
Automóvel	108.796	-	108.796	26.393	-	26.393	82.403
Transportes	5.968	-	5.968	4.364	-	4.364	1.604
Responsab. civil geral	15.353	-	15.353	4.377	-	4.377	10.976
Diversos	4.423	-	4.423	-	-	-	4.423
	183.303	-	183.303	56.398	-	56.398	126.905 (mCVE)

4.1.2. Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros dos ramos acidentes de trabalho e automóvel inclui a provisão matemática, a qual tem por objectivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta Médica, e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes, relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante a utilização dos seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade	PF 60/64
Taxa de juro	6%
Carga de gestão	4%
Pensão anual máxima	108 mCVE

A Companhia constitui ainda uma provisão para sinistros ocorridos e não declarados à data do balanço. De acordo com o Aviso nº 1/2000, deverá ser constituída uma provisão mínima correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados.

A Companhia constitui também uma provisão para despesas com regularização de sinistros que se destina a fazer face aos encargos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que actualmente se encontram em processo de gestão.

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta provisão tem a seguinte composição:

	2016		
	Seguro directo	Resseguro Cedido	Líquido
Ramos Técnicos			
Acidentes de trabalho			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	50.068	0	50.068
- Pensões presumíveis	16.144	0	16.144
	<u>66.213</u>	<u>0</u>	<u>66.213</u>
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	105.467	-104.232	1.235
- IBNR	1.679	-1.452	227
	<u>107.146</u>	<u>-105.683</u>	<u>1.463</u>
Provisão para despesas com 'regularização de sinistros	<u>1.232</u>	<u>0</u>	<u>1.232</u>
	<u>174.590</u>	<u>-105.683</u>	<u>68.907</u>
Automóvel			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	93.710	0	93.710
- Pensões presumíveis	18.543	0	18.543
	<u>112.253</u>	<u>0</u>	<u>112.253</u>
Provisões para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	389.330	-220.875	168.455
- IBNR	33.417	-6.774	26.643
	<u>422.747</u>	<u>-227.649</u>	<u>195.098</u>
Provisão para despesas com 'regularização de sinistros	<u>13.721</u>	<u>0</u>	<u>13.721</u>
	<u>548.721</u>	<u>-227.649</u>	<u>321.072</u>
Outros ramos			
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	152.920	-85.483	67.437
- IBNR	2.132	0	2.132
	<u>155.052</u>	<u>-85.483</u>	<u>69.569</u>
	<u>878.364</u>	<u>-418.815</u>	<u>459.548</u>
			(mCVE)

	2015		
	Seguro directo	Resseguro Cedido	Líquido
Ramos Técnicos			
Acidentes de trabalho			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	45.549	-2.547	43.002
- Pensões presumíveis	16.144		16.144
	<u>61.693</u>	<u>-2.547</u>	<u>59.146</u>
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	108.347	-101.989	6.358
- IBNR	1.679	-529	1.150
	<u>110.026</u>	<u>-102.518</u>	<u>7.508</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	854	0	854
	<u>172.572</u>	<u>-105.065</u>	<u>67.507</u>
Automóvel			
Provisão matemática			
- Pensões definitivas	91.752	-3.105	88.647
- Pensões presumíveis	18.543	0	18.543
	<u>110.295</u>	<u>-3.105</u>	<u>107.190</u>
Provisões para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	373.018	-251.023	121.995
- IBNR	33.417	-10.116	23.301
	<u>406.435</u>	<u>-261.139</u>	<u>145.296</u>
	<u>10.996</u>	<u>0</u>	<u>10.996</u>
	<u>527.725</u>	<u>-264.244</u>	<u>263.482</u>
Outros ramos			
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	163.206	-109.003	54.203
- IBNR	2.221	0	2.221
	<u>165.427</u>	<u>-109.003</u>	<u>56.424</u>
	<u>865.725</u>	<u>-478.312</u>	<u>387.413</u>

4.1.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito e seguro de caução, de acordo com o estabelecido pelas normas do BCV, as quais definem igualmente que as entidades, cujo montante de prémios dos ramos mencionados seja inferior a 4% da sua receita total de prémios, estão isentas da constituição desta provisão.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não registou esta provisão por estar isenta da sua constituição, nos termos das normas do BCV.

4.1.4. Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo BCV.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não houve lugar à necessidade de reconhecer esta provisão por parte da Companhia.

4.1.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas específicas existentes nos tratados em vigor.

4.1.6. Provisão matemática do ramo vida

Destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor. As provisões matemáticas para os seguros de vida são calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta provisão tem a seguinte composição:

	2016	2015
Activo		
Resseguro cedido:		
Vida individual	529	505
Vida grupo	6.214	8.336
Vida crédito hipotecário	95	98
	<u>6.838</u>	<u>8.939</u>
Passivo		
Seguro directo:		
Vida individual	(931)	(886)
Vida grupo	(11.000)	(14.144)
Vida crédito hipotecário	(1.129)	(1.149)
PPR/E	<u>(58.421)</u>	<u>(24.675)</u>
	<u>(71.481)</u>	<u>(40.854)</u>
		(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão matemática de seguros “Vida grupo” do activo e passivo inclui 8.449 mCVE e 4.496 mCVE, respectivamente (7.886 mCVE e 4.196 mCVE, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2015), relativos a uma apólice subscrita pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A..

4.1.7. Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro Não-Vida e de contratos de seguro Vida são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” na demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro Não-Vida e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades decorrentes da emissão dos contratos de seguro do ramo Vida são reconhecidas através da constituição da provisão matemática do ramo Vida, sendo o custo contabilizado no momento em que são registados os proveitos relativos aos prémios emitidos.

4.2. RISCO ESPECÍFICO DE SEGURO

Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro celebrados pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as

respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- ✓ Ser provável que se venha a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- ✓ Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- ✓ Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

Todos os contratos emitidos pela Companhia nos exercícios de 2016 e 2015 foram classificados como contratos de seguros.

Apresenta-se de seguida uma descrição sintética das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor na Companhia e que têm por objectivo reduzir os riscos de subscrição.

a) Subscrição de riscos

A delegação de poderes para a aceitação e tarificação de riscos encontra-se estruturada em 5 níveis de aceitação hierárquicos, de acordo com o modelo de delegação de poderes em vigor na Companhia, definido pela Ordem de Serviço nº 07/2015:

Nível de aceitação	Titular
1	Dois Administradores Executivos
2	Administrador do Pelouro
3	Director
4	Assistente Direcção / Gerente / Chefe do Departamento / Coordenador
5	Responsável do Balcão / Gestor de Sinistro

A referida ordem de serviço estabelece o limite de delegação de poderes para a aceitação e tarificação de riscos para seguros novos, renovações, renegociações, alteração dos contratos existentes e ainda a concessão

de descontos para todos os produtos comercializados pela Companhia nos ramos Não-Vida, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, baseados nos seguintes critérios:

- ✓ Produtos com clausulado standard;
- ✓ Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo;
- ✓ Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- ✓ Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada;
- ✓ Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, no que respeita a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- ✓ Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida dimensão.

Os titulares acima referidos contam com um conjunto de instrumentos que visam facilitar a aplicação da política de subscrição, nomeadamente as tarifas, os simuladores, os manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais, as propostas de seguros, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas respeitantes a circuitos e procedimentos.

Cabe ao Administrador do Pelouro da Área Comercial a aceitação da subscrição dos riscos não delegados nos 3º, 4º e 5º níveis de aceitação hierárquicos definidos na tabela acima.

Cabe ainda à Administração a aceitação da subscrição de qualquer seguro do ramo Vida, bem como a aceitação da alteração do capital subscrito.

Em alguns casos de risco particularmente elevado e/ ou envolvendo grau de incerteza elevado, as decisões de aceitação são analisadas e tomadas pela Comissão Executiva.

A política de aceitação de riscos da Companhia baseia-se em padrões técnicos rigorosos, com o objectivo de permitir a análise e identificação de riscos envolvendo perdas potencialmente elevadas em termos de gravidade e frequência, a aplicação de termos contratuais ajustados e a adequação dos prémios praticados aos riscos assumidos, de modo a garantir um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico

equilibrado. Todos os riscos não enquadráveis nos tratados de resseguro são analisados caso a caso pelo Gabinete Técnico para efeitos de colocação em resseguro facultativo.

Quando os riscos a ressegurar não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação previamente definidas, estes são remetidos aos resseguradores para análise e decisão de aceitação.

b) Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos envolve o desenho de produtos, a definição de cláusulas e preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e o controlo dos resultados técnicos, destacando o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos de seguros emitido, da distribuição da carteira por ramos de risco e garantias, dos prémios médios, do perfil dos riscos, da sinistralidade e margem técnica.

No âmbito do controlo acima referido, são elaborados regularmente relatórios com os indicadores de gestão bem como a análise do resultado técnico por ramos para servir de suporte à gestão da Companhia.

c) Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Companhia

Por forma a controlar e minimizar o risco interno da Companhia, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto estão publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o seu cumprimento objecto de acompanhamento e supervisão regular pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por ramos/responsabilidades assumidas. São também efectuados estudos regulares sobre o comportamento da sinistralidade dos produtos

para efeitos de ajustamentos das tarifas e/ou saneamento das carteiras ou alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A Companhia procede ao acompanhamento regular da evolução da sua carteira de seguros, nomeadamente o comportamento do movimento de apólices (quantidade de apólices em vigor, quantidade de apólices novas emitidas, quantidade de apólices anuladas) e a evolução dos prémios por ramos de Seguros não vida e vida.

A Companhia procede também a análise regular do comportamento dos sinistros nos seus aspectos essenciais, designadamente a frequência por ramos de subscrição e global e a respectiva taxa de sinistralidade.

As medidas acima referidas são implementadas em todos os ramos de negócio, principalmente no ramo automóvel que tem um enorme peso na carteira da Companhia.

Seleccção e saneamento da carteira

Com o objectivo de promover uma melhor rentabilidade da carteira, a Companhia tem implementado a prática de selecção e saneamento de carteira, com maior incidência no ramo automóvel obrigatório e facultativo, consubstanciada quer pelo saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas) quer pela alteração das condições contratuais (coberturas, franquias e prémios). Estas medidas visaram principalmente as viaturas de aluguer (Táxis e Hiaces).

Concentrações de risco de seguro

A Companhia efectua estudos regulares sobre o perfil de risco da sua carteira por ramos de seguros/responsabilidades assumidas a fim de se obter indicadores que permitam estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro, à política de retenção e ainda o impacto de ocorrência de um cenário de sinistros catastróficos na carteira.

Seguro directo

Os prémios de seguro directo não-vida da Companhia revelaram-se suficientes e adequados em todos os ramos face às responsabilidades com as indemnizações do exercício, os custos de exploração associados e aos custos de investimentos.

Assim, o cálculo da provisão para riscos em curso efectuado nos termos do Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho do Banco de Cabo Verde, para todos os ramos de seguros não-vida, demonstrou que a Companhia não tem a necessidade de constituir a Provisão para riscos em curso.

Comparação de sinistros estimados e efectivos

A provisão para sinistros dos ramos Não-Vida a 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 693.933 mCVE. Ao longo do exercício de 2016, para os sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores, a Companhia pagou o montante de 124.052 mCVE.

	Provisao para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercicio (2)	Provisao para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	1.000		1.000	0
Acidentes e doenças	111.055	20.699	97.060	6.704
Incendio e out. danos	100.640	20.350	59.124	-21.167
Automovel	428.404	78.951	288.364	-61.090
Transportes	10.630	5.420	2.316	-2.894
Responsab. civil geral	8.140	4.710	1.401	-2.030
Diversos	35.063	2.770	34.774	2.480
Nao Vida	693.933	132.900	483.037	-77.996
Total	694.933	132.900	484.037	-77.996

* Sinistros ocorridos nos anos N-1 e anteriores

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS5.1. INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os investimentos registados em “Activos financeiros disponíveis para venda” têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instrumentos de capital		
Acções	336.391	336.444
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	<u>24.369</u>	<u>-</u>
	360.759	359.610
Imparidade:		
Instrumentos de capital	<u>(26.280)</u>	<u>(24.390)</u>
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	<u>-</u>	<u>23.166</u>
	<u>334.479</u>	<u>335.220</u>
		(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	2016					Valor Líquido
	% de participação	Custo de aquisição	Valor Bruto	Reserva de reavaliação (Nota 24)	Imparidade	
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	243.559	167.237	-	243.559
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	n.d.	22.222	24.369	943		24.369
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	49.645		(10.539)	39.107
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	21.968		(10.041)	11.927
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	15.518			15.518
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	5.700		(5.700)	-
		<u>93.173</u>	<u>92.831</u>	<u>-</u>	<u>(26.280)</u>	<u>66.552</u>
		191.717	360.759	168.180	(26.280)	334.479

Título	2015					
	% de participação	Custo de aquisição	Valor Bruto	Reserva de reavaliação (Nota 24)	Imparidade	Valor líquido
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	243.559	167.237	-	243.559
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	49.661	(15)	(9.946)	39.715
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	21.968		(8.744)	13.224
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	15.556	51	-	15.556
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	5.700	-	(5.700)	0
		93.173	92.885	36	(24.390)	68.495
		169.495	336.443	167.273	(24.390)	312.054

Em 2016 a Companhia manteve a sua participação no capital da CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L., A Promotora - Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. e da SCT - Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, S.A. registadas ao custo histórico.

Para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização, a Companhia aumentou a imparidade das acções da CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L e A Promotora - Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L., tendo por base a percentagem de participação da companhia no valor patrimonial.

No exercício de 2007 a Companhia adquiriu, por 5.700 mCVE, uma participação correspondente a 7% do capital social da Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. (Hiperpeças), que iniciou a sua actividade no exercício de 2010. Esta participação encontra-se valorizada ao seu custo de aquisição, tendo sido registada imparidade, no exercício de 2012, para a totalidade do saldo.

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 69/V/98, de 17 de Agosto, que aprovou a criação do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo

de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- ✓ Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. A Companhia regista, em cada exercício, o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”;
- ✓ O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;
- ✓ Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

5.2. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem a seguinte composição (mCVE):

	2016	2015
Depósitos a prazo	643.501	593.254
Obrigações de empresas nacionais	227.448	134.808
Valor bruto	870.949	728.062
Imparidade	(11.989)	(11.989)
Valor líquido	858.960	716.073

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento (mCVE):

	2016				Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Superior a 12 meses	
Banco Interatlântico, S.A.			58.531	213.640	272.170
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	60.004		20.431		80.436
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	13.427	17.302	1.000		31.729
Novo Banco, S.A.		10.148			10.148
Ecobank			126.375		126.375
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	4.338	15.027	103.278		122.643
	77.769	42.477	309.615	213.640	643.501

	2015		
	Até 1 mês	Entre 3 e 6 meses	Total
Banco Interatlântico, S.A.	40.000	258.088	298.088
Banco Comercial do Atlântico, S.A.		175.000	175.000
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	13.989	17.000	30.989
Novo Banco, S.A.		10.000	10.000
Ecobank		75.000	75.000
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	4.177		4.177
	58.166	535.088	593.254

Os depósitos em vigor em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são remunerados à taxa média de 3,81% e 4,62%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Obrigações de empresas nacionais” apresenta o seguinte detalhe:

Título	2016								
	VN	Q. de	Tx de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante Bruto	Juros a receber	Imparidade	Montante Líquido (Nota 35)
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	1	20.000	4,250%	19-12-22	Semestral	20.000	14	-	20.014
Banco Interatlântico, S.A.	5	30.560	6,375%	08-07-18	Semestral	30.560	1.061	-	31.621
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	2.142	6,000%	20-12-17	Semestral	2.142	9	-	2.151
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,600%	22-12-19	Semestral	50.000	1.595	-	51.595
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	10.000	4,000%	05-07-19	Semestral	9.998	1.324	-	11.322
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	39.966	EUR 6M + 2,75%	18-02-17	Semestral	39.966	10.039	(11.989)	38.016
Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	1	60.000	6,000%	15-07-31	Semestral	60.000	740	-	60.740
						212.666	14.782	(11.989)	215.459

Título	2015								
	VN	Q. ^{de}	Tx de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante Bruto	Imparidade	Montante Líquido	Juros a receber
Banco Interatlântico, S.A.	5	30.560	6,000%	08-07-2018	Semestral	30.560		30.560	2.013
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	4.284	6,000%	20-12-2017	Semestral	4.284		4.284	369
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,600%	01-07-2020	Semestral	50.000		50.000	4.283
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	10.000	7,500%	28-07-2019	Semestral	9.998		9.998	1.112
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	39.966	EUR 6M + 2,75%	18-02-2017	Semestral	39.966	(11.989)	27.977	3.609
						134.808	(11.989)	122.819	11.386

(Nota 35)

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e pela Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde. Relativamente às obrigações emitidas pela CVFF – Cabo Verde Fast Ferry, S.A., o Governo de Cabo Verde compromete-se a fazer todas as diligências que permitam aos órgãos de gestão fazer face aos compromissos por eles assumidos, em virtude desta emissão.

As obrigações emitidas pelo Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A., pelo Banco Interatlântico, S.A. e pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A. são subordinadas.

Na assembleia geral de obrigacionistas da Sogei – Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A., ocorrida em 25 de Março de 2014, foi deliberado a extensão do prazo de vencimento das obrigações por um período de 3 anos, até 18 de Fevereiro de 2017. Adicionalmente, foi aprovado o reembolso dos juros vencidos, em seis prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 18 de Agosto de 2014. Até 31 de Dezembro de 2016, não ocorreu nenhum pagamento de cupão estando vencidos 8 cupões (da 9º ao 15º), num total 8.962 mCVE. O último (16º cupão), no montante de 1.087 mCVE, está vincendo. Face ao incumprimento verificado, a Companhia manteve registado, a 31 de Dezembro de 2016, a imparidade de 11.990 mCVE. De acordo com a convocatória publicada, será realizada uma nova Assembleia de Obrigacionistas no dia 03 de Março de 2017 com o objectivo de analisar a proposta de conversão do Empréstimo Obrigacionista "SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos" em capital do Fundo de Investimento Imobiliário, fechado de subscrição particular.

5.3. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
Partner Re/Bertoldi	83.839	86.907
R+V Versicherung AG	71.844	74.816
PM Re	28.607	29.156
Fidelidade - Tratados	15.635	15.798
Mapfre Re	7.731	7.802
Scor Re	383	608
	<u>208.038</u>	<u>215.087</u>

Os depósitos recebidos de resseguradores referem-se às verbas retidas pela Companhia aos seus resseguradores, tendo a natureza de depósitos de caução, como forma de garantir as suas responsabilidades com prémios e sinistros, abrangidos pelos respectivos tratados de resseguro.

5.4. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROSBalço

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço (mCVE):

	2016		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		62.400	62.400
Activos financeiros disponíveis para venda	267.928	66.552	334.479
Empréstimos e contas a receber		858.960	858.960
Outros devedores		349.709	349.709
Total no activo	267.928	1.337.620	1.605.548
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores		208.038	208.038
Outros passivos financeiros			-
Outros credores		274.786	274.786
Total no passivo	-	482.824	482.824

	2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	90.189	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	279.933	55.286	335.219
Empréstimos e contas a receber	-	716.073	716.073
Outros devedores	-	340.238	340.238
Total no activo	279.933	1.201.785	1.481.719
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	215.087	215.087
Outros passivos financeiros	-	-	-
Outros credores	-	270.317	270.317
Total no passivo	-	485.404	485.404

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Companhia

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral da Companhia e a sua posição no mercado.

Risco cambial

Para diminuir o risco cambial, a Companhia procura celebrar a maioria dos contratos em moeda nacional ou Euros. O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro /110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

Risco de liquidez

Este risco é mitigado através de celebração de contratos de resseguros com Companhias de capacidade financeira sólida e através de acompanhamento diário dos fluxos de tesouraria/aplicações de fundos, por forma a coincidir as datas dos compromissos com o rendimento e/ou a maturidade dos investimentos.

Risco de taxa de juro

Para eliminar este risco a Companhia celebra a maioria dos contratos com taxas de juro fixas. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Companhia detinha apenas uma obrigação com taxa de juro variável.

Risco de crédito

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus investimentos em empréstimos e contas a receber através de uma análise cuidada das oportunidades de investimento, da capacidade financeira das contrapartes e das garantias reais associadas. No que diz respeito às contas a receber, a Companhia procura mitigar este risco considerando uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores seleccionados para estabelecer relações comerciais.

Risco de mercado

A Companhia tem pouca exposição a este tipo de risco na medida em que tenta, ao máximo, a selecção e diversificação de instrumentos da carteira de investimentos financeiros, procurando eliminar sempre os impactos das taxas de juro e de câmbio, através de negociação de taxas fixas.

Justo valor de instrumentos financeiros

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:

- As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. são valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, pelo método dos fluxos de caixa descontados, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13. O justo valor é determinado por uma análise conjunta entre a administração e um banco de investimento independente que incide em variáveis como o tipo de investimento, a dimensão da empresa, o custo inicial do activo, a existência de quaisquer restrições contratuais embutidas no activo, o preço, as previsões de lucros futuros, a extensão da negociação pública de activos similares de empresas comparáveis, a informação fornecida

pela entidade emitente e uma análise às demonstrações financeiras da empresa ou emissor. Devido à subjectividade existente neste tipo de avaliações, consideramos que a estimativa do justo valor aqui considerada possa diferir de outras avaliações

- Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, representado em unidades de participações, valorizados ao justo valor, através de um relatório do Fundo pelo Departamento de Gestão e Controle de Riscos do Banco de Portugal, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13.

- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui essencialmente depósitos a prazo. A Companhia considera que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

- Depósito recebido de resseguradores – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a depósitos de curto prazo.

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados na nota 3.2.1 deste Anexo.

A Companhia realizou também um teste de imparidade aos activos, não tendo sido necessário reconhecer qualquer perda por imparidade.

Justo valor

Os métodos e pressupostos aplicados para determinação do justo valor são os seguintes:

Os parágrafos seguintes reflectem os procedimentos adoptados para determinação do justo valor dos títulos em carteira.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor dos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento

financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia à data de relato estão expostos a um conjunto de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de um participante de um instrumento financeiro não cumprir a sua obrigação provocando deste modo uma perda financeira.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima a risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	62.400		62.400
Activos financeiros disponíveis para venda	360.759	(26.280)	334.479
Empréstimos e contas a receber	870.949	(11.989)	858.960
Outros devedores	438.243	(88.535)	349.709
Exposição máxima a risco de crédito	1.732.351	(126.804)	1.605.548

	2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	90.189	-	90.189
Empréstimos e contas a receber	728.062	(11.989)	716.073
Outros devedores	450.634	(110.397)	340.238
Exposição máxima a risco de crédito	1.268.885	(122.386)	1.146.500

Qualidade de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos em instituições de crédito foram realizados em instituições de crédito sem rating e sediadas em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, por tipo de emitente, tem a seguinte decomposição:

Classe de activo	2016	2015
Empréstimos e outras contas a receber		
Corporate	173.662	104.248
Instituições financeiras	53.785	30.560
	<u>227.448</u>	<u>134.808</u>

Estes emitentes encontram-se sedeados em Cabo Verde e não têm rating.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face às suas responsabilidades

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2016						Indeterminado	Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	62.400							62.400
Activos financeiros disponíveis para venda						24.369	336.391	360.759
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	77.769	92.483	309.615	2.151	308.177	80.754		870.949
Outros devedores	349.709							349.709
Total no activo	489.878	92.483	309.615	2.151	308.177	105.123	336.391	1.643.817
Passivo								
Depósitos recebidos de resseguradores		168.787		39.251				208.038
Outros passivos financeiros								-
Outros credores	274.786							274.786
Total no passivo	274.786	168.787	-	39.251	-	-	-	482.824

	2015							Total
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	90.189	-	-	-	-	-	-	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	23.166	336.444	359.610
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	58.166	535.088	-	-	134.808	-	-	728.062
Outros devedores	340.238	-	-	-	-	-	-	340.238
Total no activo	488.593	535.088	-	-	134.808	23.166	336.444	1.518.099
Passivo								
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	215.087	-	-	-	215.087
Outros credores	270.317	-	-	-	-	-	-	270.317
Total no passivo	270.317	-	-	215.087	-	-	-	485.404

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renovados ao início de cada exercício, pelo que foram classificados como maturidade de “entre 6 meses a 1 ano”.

Risco de mercado

O risco de mercado reflecte, entre outros, movimentos que possam ter impacto no justo valor dos activos da Companhia devido a flutuações da taxa de juro e da taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o conjunto dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2016			Total
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	taxa fixa	taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			62.400	62.400
Activos financeiros disponíveis para venda (valor líq.)			334.479	334.479
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	177.442	50.005		227.448
Outros devedores (valor líquido)			349.709	349.709
	177.442	50.005	746.588	974.036
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	208.038			208.038
Outros passivos financeiros				-
Outros credores			274.786	274.786
	208.038	-	274.786	482.824

	2015			Total
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	taxa fixa	taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	90.189	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda (valor	-	-	335.219	335.219
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	688.096	39.966	-	728.062
Outros devedores (valor líquido)	-	-	340.238	340.238
	688.096	39.966	765.646	1.493.708
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	215.087	-	-	215.087
Outros credores	-	-	270.317	270.317
	215.087	-	270.317	485.404

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade, tem a seguinte decomposição:

	2016						Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo							
Empréstimos e contas a receber	77.769	92.483	309.615	2.151	308.177	80.754	870.949
Total no activo	77.769	92.483	309.615	2.151	308.177	80.754	870.949
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	168.787	-	39.251	-	-	208.038
Total no passivo	-	168.787	-	39.251	-	-	208.038
Exposição líquida	77.769	261.270	309.615	41.402	308.177	80.754	1.078.987

	2015						Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo							
Empréstimos e contas a receber	58.166	535.088	-	-	44.250	90.558	728.062
Total no activo	58.166	535.088	-	-	44.250	90.558	728.062
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	(215.087)	-	-	(215.087)
Total no passivo	-	-	-	(215.087)	-	-	(215.087)
Exposição líquida	58.166	535.088	-	(215.087)	44.250	90.558	512.975

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2016		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61.444	956	62.400
Activos financeiros disponíveis para venda	360.759		360.759
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	870.949		870.949
Outros devedores	349.709		349.709
Total no activo	1.642.861	956	1.643.817
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	208.038		208.038
Outros credores	274.786		274.786
Total no passivo	482.824	-	482.824
			(mCVE)
	2015		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	88.505	1.684	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	360.703	-	360.703
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	728.062	-	728.062
Outros devedores	340.238	-	340.238
Total no activo	1.517.508	1.684	1.519.192
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	215.087	-	215.087
Outros credores	270.317	-	270.317
Total no passivo	485.404	-	485.404

6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	2.625	2.946
Dependências	814	817
Total de caixa e seus equivalentes	3.438	3.763
Depósitos à ordem:		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	31.141	63.241
Banco Interatlântico, S.A.	11.204	11.559
Novo Banco, S.A.	5.324	3.638
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.	5.148	3.343
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	2.071	2.548
Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A.	2.656	1.506
Ecobank Cabo Verde, S.A.	1.161	591
Banco Internacional de Cabo Verde	258	-
Total de depósitos à ordem	58.962	86.426
Total de disponibilidades	62.400	90.189

O valor de 31.398 mCVE no depósito à ordem, no Banco Comercial do Atlântico, S.A, inclui um montante de 9.053,70 USD (956 mCVE).

7. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e edifícios” foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2015		2016			Saldos em 31.12.2016		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Reavaliação (Nota 16)	Amortizações do exercício (Nota 19)	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e edifícios:								
De uso próprio	387.665	(46.915)	-	(7.031)		387.665	(53.946)	333.719
De rendimento	304.410	-	218	-	25.892	330.520	-	330.520
	692.075	(46.915)	218	(7.031)	25.892	718.185	(53.946)	664.239

	2015							
	Saldos em 31.12.2014		Reavaliação	Amortizações do exercício	Adições	Saldos em 31.12.2015		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
			(Nota 16)	(Nota 19)				
Terrenos e edifícios:								
De uso próprio	387.435	(36.225)	-	(10.690)	230	387.665	(46.915)	340.750
De rendimento	284.582	-	-	-	19.828	304.410	-	304.410
	672.017	(36.225)	-	(10.690)	20.058	692.075	(46.915)	645.160

No exercício de 2016, as adições de terrenos e edifícios de rendimento correspondem a aquisição de dois edifícios (na Terra Branca e Plateau). No exercício de 2015, correspondem a benfeitorias realizadas no imóvel designado “Prédio ASA”.

No momento do seu reconhecimento inicial, estes imóveis foram registados pelo valor das respectivas avaliações

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Ano da última avaliação	2016			2015		
			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Praia – Chã de Areia	2004	2015	201.208	(30.741)	170.467	201.208	(26.708)	174.500
Filial São Vicente	1994	2015	44.134	(8.790)	35.344	44.134	(5.755)	38.379
Armazém Achada Grande	2006	2015	23.764	(3.593)	20.171	23.764	(3.099)	20.665
Boavista – Espaço comercial	2007	2015	19.004	(2.800)	16.204	19.004	(2.463)	16.541
Agência – Palmarejo	2010	2015	17.387	(2.633)	14.754	17.387	(2.267)	15.120
Apartamento Filial S. Vicente	2001	2015	16.825	(287)	16.538	16.825	(2.194)	14.631
Praia – Av. Guerra Mendes – 4º Plateau	1991	2015	15.824	(2.398)	13.426	15.824	(2.064)	13.760
Terreno – Praia - Chã de Areia	2005		9.523	-	9.523	9.523	-	9.523
Praia – Av. Guerra Mendes – 2º Plateau	1986	2015	10.542	(1.604)	8.938	10.542	(1.375)	9.167
Terreno – Sal	1993		8.670	-	8.670	8.670	-	8.670
Sal – Santa Maria – Loja	2008	2015	7.598	(1.100)	6.498	7.598	(990)	6.608
Terreno - Palha Sé - AGF - Praia	2014		6.386	-	6.386	6.386	-	6.386
Terreno – Assomada	2007		6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Terreno – São Filipe	2011		570	-	570	570	-	570
Terreno – R. Craquinha	2015	n.a.	230	-	230	230	-	230
			387.665	(53.947)	333.718	387.665	(46.915)	340.750

Conforme referido na Nota 3.2.4., os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, de acordo com a opção prevista na IAS 16, tendo o seu justo valor em 1 de Janeiro de 2010 sido considerado como custo de aquisição.

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respectiva vida útil definida em cada avaliação.

O imóvel situado na Praia – Chã de Areia corresponde à parcela da Companhia no edifício da Sede, cujas obras foram concluídas no exercício de 2004. O terreno onde se encontram construídas estas instalações foi adquirido no exercício de 2005.

Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de balanço	
				2016 Valor Bruto	2015 Valor Bruto
Sal – Santa Maria – 1º Dto	2008	2015	39.927	53.137	55.615
Sal – Santa Maria – 1º Esq	2008	2015	35.127	46.749	44.270
Prédio - Rua do Corvo	2010	2015	29.137	29.835	29.835
Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria	2014	2015	29.680	30.085	29.680
Edifício Águia	2010	2015	24.104	25.011	25.010
Predio BIA - Av. Cidade Lisboa	2011	2015	23.053	23.656	23.655
Prédio ASA	2011	2015	18.577	40.829	40.828
Miramar	2008	2015	17.476	17.872	17.872
Boavista - Espaço comercial	2008	2015	13.068	16.093	16.093
Espaço Turinvest - Bloco B nº0/4 Sal - Sta.Maria	2013	2015	14.925	14.738	14.925
Praia – Palmarejo	2005	2015	4.757	6.623	6.627
Apartamento T2 - Terra Branca - Praia	2016		5.892	5.892	
Edifício rua Andrade Corvo anexo - Plateau	2016		20.000	20.000	
			<u>275.723</u>	<u>330.520</u>	<u>304.410</u>

Conforme referido na Nota 3.2.3., os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor determinado com recurso a avaliadores externos.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos ou edifícios são efectuadas tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

- a) Método comparativo de mercado

Consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transacções e/ou propostas efectivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.

b) Método do custo

Consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os rendimentos reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento foram de 13.550 mCVE e 12.363 mCVE, respectivamente (Nota 14).

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de “Outros activos tangíveis” foi o seguinte (mCVE):

	2016											
	Saldos em 31.12.2015			Transferências		Amortizações do exercício	Reforços e reversões de imparidade no exercício	Alienações e abates		Saldos em 31.12.2016		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Valor Líquido
	(Nota 19)											
Equipamento												
Equipamento administrativo	41.799	(35.015)	3.167	(33.480)	27.954	(616)	-	(246)	215	11.241	(7.461)	3.780
Máquinas e ferramentas	-	-	1.675	38.258	(31.033)	(1.735)	-	(89)	89	39.843	(32.679)	7.165
Equipamento informático	28.815	(15.775)	5.350	(283)	(1.884)	(6.587)	-	-	-	33.882	(24.247)	9.636
Material de transporte	46.329	(30.579)	19.810	(5.160)	3.637	(3.011)	-	(8.325)	8.325	52.654	(21.628)	31.026
Outro equipamento	7.302	(6.085)	886	(5.795)	4.973	(207)	-	-	-	2.394	(1.320)	1.074
Património artístico	4.599	-	683	-	-	-	-	-	-	5.282	-	5.282
Despesas em edifícios arrendados	1.850	(1.780)	-	(0)	-	(54)	-	-	-	1.850	(1.834)	17
Equipamento em locação financeira	41.789	(16.327)	-	10.861	(7.825)	(6.394)	-	(14.000)	13.293	38.650	(17.253)	21.397
Material de transporte	41.789	(16.327)	-	10.861	(7.825)	(6.394)	-	(14.000)	13.293	38.650	(17.253)	21.397
Activos tangíveis em curso	91.313	(59.288)	-	(1.000)	-	-	-	-	-	90.313	(59.288)	31.025
Terrenos e edifícios em curso	90.313	(59.288)	-	0	-	-	-	-	-	90.313	(59.288)	31.025
Outros	1.000	-	-	(1.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
	263.796	(164.850)	31.571	3.402	(4.178)	(18.604)	-	(22.660)	21.922	276.109	(165.710)	110.400 (mCVE)

	2015											
	Saldos em 31.12.2014			Transferências	Amortizações do exercício	Reforços e reversões de imparidade no exercício	Alienações e abates		Saldos em 31.12.2015			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições				Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Valor Líquido	
	(Nota 19)											
Equipamento												
Equipamento administrativo	81.993	(72.774)	2.303	-	(4.738)	-	(42.497)	42.497	41.799	(35.015)	6.784	
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	97.347	(83.425)	8.184	-	(8.802)	-	(76.716)	76.452	28.815	(15.775)	13.040	
Material de transporte	91.996	(59.433)	16.470	-	(6.961)	-	(20.348)	19.493	88.118	(46.901)	41.217	
Outro equipamento	18.195	(16.799)	1.010	-	(1.429)	-	(11.903)	12.143	7.302	(6.085)	1.217	
Património artístico	4.276	-	323	-	-	-	-	-	4.599	-	4.599	
Despesas em edifícios arrendados	20.152	(19.653)	-	(0)	(0)	-	(18.301)	17.873	1.850	(1.780)	70	
Activos tangíveis em curso												
Terrenos e edifícios em curso	97.952	(33.437)	-	(3.234)	-	(25.851)	(4.406)	-	90.313	(59.288)	31.025	
Outros	987	-	13	-	-	-	-	-	1.000	-	1.000	
	412.898	(285.521)	28.302	(3.234)	(21.930)	(25.851)	(174.171)	168.458	263.796	(164.844)	98.952 (mCVE)	

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Activos tangíveis em curso – Terreno e edifícios em curso” refere-se a imóveis adquiridos pela Companhia nos quais estão a ser realizadas obras. Nestas datas, inclui seis fracções do condomínio “Salinas Beach Resort”, situado na ilha do Maio, recebidas em dação em pagamento de prémios de seguro, cujo valor de balanço, líquido de imparidade ascende a 24.305 mCVE e 59.288 mCVE, respectivamente. O registo destes activos foi efectuado com base em contratos de promessa de compra e venda, que prevêem a transferência para a Companhia dessas fracções após a conclusão da construção do empreendimento em que se encontram inseridas.

No exercício de 2013, a Companhia registou uma imparidade relativa a estas fracções no montante de 30.500 mCVE, tendo reforçado a mesma, em 2014, no montante de 2.937 mCVE. Adicionalmente, registou em 2014 na rubrica “Outras Provisões” uma provisão no montante de 25.851 mCVE para cobertura de perdas potenciais estimadas associadas a este imóvel (Nota 11). No exercício de 2015 este valor foi revertido na rubrica “Outras Provisões” e foi registado um reforço da imparidade associada a estas fracções pelo mesmo montante.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estão em vigor contratos de leasing para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço (mCVE):

	2016	2015
Equipamento de transporte		
Valor bruto	38.650	88.118
Amortizações acumuladas	(17.253)	(46.907)
	<u>21.397</u>	<u>41.211</u>
Fornecedores de imobilizado em locação financeira (Nota 34)	15.129	18.884

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os pagamentos mínimos das locações financeiras relativos a equipamentos de transporte detalham-se conforme se segue (mCVE):

	2016	2015
Rendas		
Até 1 ano	3.774	4.041
Mais de 1 ano	11.355	13.101
	<u>15.129</u>	<u>17.142</u>
Valor residual	-	1.743
	<u>15.129</u>	<u>18.884</u>

9. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a afectação dos investimentos e outros activos a contratos de seguro, pode ser resumida da seguinte forma (mCVE):

	2016			Total
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			62.400	62.400
Activos financeiros disponíveis para venda	24.814	299.127	10.538	334.479
Empréstimos concedidos e contas a receber	140.913	554.370	163.677	858.960
Terrenos e edifícios	62.842	432.413	168.984	664.239
Outros activos tangíveis			110.400	110.400
	228.569	1.285.911	515.999	2.030.478

	2015			Total
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			90.189	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	14.649	325.291	(4.721)	335.219
Empréstimos concedidos e contas a receber	26.021	368.052	322.000	716.073
Terrenos e edifícios	14.649	362.512	267.999	645.160
Outros activos tangíveis			98.951	98.951
	55.319	1.055.855	774.418	1.885.592

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de “Outros activos intangíveis” foi o seguinte:

	2016									
	Saldos em 31.12.2015		Transf. activos intang.		Aquisições	Alienações e abates		Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2016	
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Saldo Bruto		Amortizações Imparidades	Valor bruto		Amortizações acumuladas	Valor líquido
(Nota 19)										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	48.763	(41.179)	1.132	304	-	-	(5.816)	49.895	(46.691)	3.204
Ativos intangíveis em curso	2.857	-	-	-	3.381	-	-	-	6.238	-
Despesas de desenvolvimento	2.857	-	-	-	3.381	-	-	-	6.238	-
	51.620	(41.179)	1.132	304	3.381	-	(5.816)	56.133	(46.691)	9.442
(mCVE)										

	2015									
	Saldos em 31.12.2014		Transf. activos intang.		Aquisições	Alienações e abates		Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2015	
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Saldo Bruto		Amortizações Imparidades	Valor bruto		Amortizações acumuladas	Valor líquido
(Nota 19)										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	118.861	(102.334)	-	-	7.859	(75.100)	75.100	(13.944)	51.620	(41.179)
	118.861	(102.334)	-	-	7.859	(75.100)	75.100	(13.944)	51.620	(41.179)
(mCVE)										

Em 2015 havia provisão para contingências fiscais. No exercício de 2016, estas contingências foram resolvidas e procedeu-se à reversão destas provisões.

Tendo em conta a antiguidade dos saldos e a dificuldade de cobrança, recorreu-se às provisões para saldar as contas de ressegurados e de co-seguradores. Por outro lado, registou-se a cobrança de algumas dívidas, nomeadamente, da Transportes Aéreos de Cabo Verde, que levou à anulação das respectivas provisões.

12. PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016			2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida	98.865	(31.012)	67.853	83.419	(31.876)	51.543
Ramo não vida	1.239.567	(529.671)	709.896	1.140.807	(511.653)	629.154
Acidentes e doença	218.224	(51.750)	166.474	195.461	(51.929)	143.532
Incêndio e outros danos	231.605	(178.955)	52.650	216.663	(178.267)	38.396
Automóvel	575.535	(129.351)	446.184	551.622	(176.222)	375.400
Transportes	85.687	(60.924)	24.764	75.478	(45.672)	29.806
Responsabilidade civil geral	113.582	(108.692)	4.890	87.045	(59.563)	27.482
Diversos	14.934	-	14.934	14.538	-	14.538
Total de prémios	1.338.432	(560.683)	777.749	1.224.226	(543.529)	680.697

(mCVE)

A variação da provisão para prémios não adquiridos para o exercício de 2016 e 2015 apresenta a seguinte composição:

	2016			2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida						
Acidentes e doença	8.338	(1.050)	9.388	(2.429)	(365)	(2.064)
Incêndio e outros danos	2.434	(6.525)	8.960	(790)	(13.132)	12.342
Automóvel	13.238	(14.266)	27.504	5.204	(16.915)	22.118
Transportes	(148)	(536)	388	1.628	264	1.364
Responsabilidade civil geral	10.687	14.520	(3.832)	3.564	(6.364)	9.928
Diversos	160	-	160	476	-	476
Total de prémios	34.710	(7.857)	42.567	7.653	(36.511)	44.164

(mCVE)

13. COMISSÕES E PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS RECEBIDAS DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Vida	5.779	5.961
Não Vida	131.948	114.330
Acidentes e doença	14.272	16.613
Incêndio e outros danos	40.147	38.067
Automóvel	48.377	40.378
Transportes	16.545	13.288
Responsabilidade civil	12.608	5.984
Total	137.727	120.291
		(mCVE)

14. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2016				Total
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos vida:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			2.340		2.340
Activos financeiros disponíveis para venda		1.478			1.478
Empréstimos e contas a receber	760				760
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2.121				2.121
	2.880	1.478	2.340	-	6.698
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			6.270		6.270
Activos financeiros disponíveis para venda		5.894			5.894
Empréstimos e contas a receber	8.533				8.533
Depósitos à ordem em instituições de crédito	12.378				12.378
	20.912	5.894	6.270	-	33.076
Investimentos não afectos:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			4.940		4.940
Activos financeiros disponíveis para venda		230			230
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10.610				10.610
	10.610	230	4.940	-	15.780
	34.402	7.602	13.550	-	55.554

	2015				Total
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos vida:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			89		89
Activos financeiros disponíveis para venda		1.563			1.563
Empréstimos e contas a receber	386				386
Depósitos à ordem em instituições de crédito	777				777
	<u>1.163</u>	<u>1.563</u>	<u>89</u>	<u>-</u>	<u>2.814</u>
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			1.650		1.650
Activos financeiros disponíveis para venda		6.158			6.158
Empréstimos e contas a receber	8.649				8.649
Depósitos à ordem em instituições de crédito	18.622			673	19.295
	<u>27.270</u>	<u>6.158</u>	<u>1.650</u>	<u>673</u>	<u>35.752</u>
Investimentos não afectos:					
Terrenos e edifícios (Nota 7)			10.624		10.624
Activos financeiros disponíveis para venda		502			502
Depósitos à ordem em instituições de crédito	7.802				7.802
	<u>7.802</u>	<u>502</u>	<u>10.624</u>	<u>-</u>	<u>18.928</u>
	<u>36.235</u>	<u>8.223</u>	<u>12.363</u>	<u>673</u>	<u>57.494</u>

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

No exercício de 2016, o saldo foi de 405 mCVE e refere-se à flutuação do valor do imóvel Vila Verde. Em 2015, este saldo foi de 642 mCVE.

16. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Estas rubricas reflectem a variação no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento (Nota 7).

17. GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2016 e 2015, os proveitos líquidos com diferenças de câmbio ascenderam a 175 mCVE e 1.103 mCVE, respectivamente (Nota 36).

18. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os custos de financiamento incluem juros de depósitos recebidos de resseguradores e de activos em locação financeira (Nota 19), e apresentam o seguinte detalhe de juros suportados:

	2016	2015
Depósitos recebidos de resseguradores	6.425	5.784
Activo em locação financeira	1.022	783
	<u>7.447</u>	<u>6.567</u>

19. GASTOS DIVERSOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2016 e 2015, os gastos diversos apresentam a seguinte composição por natureza:

	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos:		
Electricidade	10.994	14.267
Combustíveis	2.267	2.336
Água	1.260	1.228
Impressos	1.987	3.784
Material de escritório	5.554	5.487
Livros, documentação técn. e outras public.	53	394
Artigos para oferta	2.837	3.618
Conservação e reparação	16.082	8.594
Rendas e alugueres	8.180	6.974
Despesas de representação	418	314
Comunicação	12.446	14.549
Deslocações e estadas	10.463	7.138
Seguros	5.388	3.621
Custos com trabalho independente	3.423	7.992
Publicidade e propaganda	22.515	14.102
Limpeza, higiene e conforto	4.135	3.072
Contencioso e notariado	481	264
Vigilância e segurança	4.643	5.056
Trabalhos especializados	46.998	36.758
Quotizações (da actividade)	1.883	430
Refeições no local de trabalho	1.395	1.247
Gastos com cobrança de prémios	6.121	2.344
Gastos com condomínios	4.844	-
Licenças de software	683	-
Prevenção	1.857	5.595
Outros fornecimentos e serviços	1.269	1.065
<u>Total de Fornecimentos e serviços externos</u>	<u>178.174</u>	<u>150.229</u>

	2016	2015
<u>Gastos com pessoal (Nota 20)</u>	<u>222.331</u>	<u>211.122</u>
	2016	2015
Depreciações e amortizações do exercício		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 7)	7.031	10.689
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	18.957	21.930
Activos intangíveis (Nota 10)	5.816	13.945
	<u>31.804</u>	<u>46.564</u>
	2016	2015
Outros custos por natureza		
Imposto sobre o valor acrescentado	6.273	5.262
Imposto de selo	5	1
Taxa para o Banco de Cabo Verde	9.891	8.142
Fundo de garantia automóvel	6.701	6.319
Encargos com juros (Nota 18)	7.447	6.567
Encargos com comissões	428	609
Outros	2.663	2.288
	<u>33.408</u>	<u>29.189</u>
	2016	2015
<u>Total de custos por natureza</u>	<u>465.717</u>	<u>437.103</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2016			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
Custos imputados	4.277	100.665	-	104.942
Comissões diferidas	-	(2.762)	-	(2.762)
Comissões de mediação	899	23.043	-	23.942
	<u>5.176</u>	<u>120.946</u>	<u>-</u>	<u>126.121</u>
Gastos administrativos:				
Custos imputados	16.068	253.096	-	269.164
Gastos com investimentos:				
Custos imputados	1.683	9.928	2.250	13.861
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
Custos imputados	78	77.673	-	77.751
Custos de exploração imputados	23.004	461.643	2.250	486.897

20. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	13.695	12.999
Pessoal	112.674	111.988
Subsídios	28.327	27.833
Encargos sobre remunerações	27.315	21.999
Prémio de produtividade	10.947	12.952
Cursos de formação de colaboradores	4.895	6.717
Gastos de acção social	9.250	2.645
Seguros obrigatórios	255	238
Outros gastos com o pessoal	14.973	14.351
	<u>222.331</u>	<u>211.121</u>

Em 2016 e 2015, o número de trabalhadores, por categorias, é o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administradores Executivos	3	3
Directores	6	5
Chefias	16	18
Técnicos	40	38
Administrativos	42	40
Pessoal auxiliar	18	18
	<u>100</u>	<u>96</u>

A 31 de Dezembro de 2016, a Garantia tinha 3 Administradores Executivos e 2 Administradores Não Executivos. A 31 de Dezembro de 2015 tinha, igualmente, 3 Administradores Executivos e 2 Administradores Não Executivos

21. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

22. IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRPC), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016	2015
Activos por impostos correntes		
Imposto Único sobre os Rendimentos:		
Entregas por conta	(8.391)	
Retenções na fonte	10.204	10.927
Outros	-	5.402
	<u>1.813</u>	<u>16.329</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto Único sobre os Rendimentos a pagar		(16.499)
Imposto do selo	(20.054)	(9.679)
Taxa do Banco de Cabo Verde	(2.046)	(3.774)
Fundo de Garantia Automóvel	(8.696)	(8.199)
Retenções na fonte	(3.336)	(4.164)
Contribuições para a segurança social	(2.560)	(1.369)
Imposto sobre o valor acrescentado	(1.086)	-
Outros	(6)	-
	<u>(37.783)</u>	<u>(43.684)</u>
	<u>(35.970)</u>	<u>(27.355)</u>
Activos por impostos diferidos	-	16.028
Passivos por impostos diferidos	<u>(44.862)</u>	<u>(61.707)</u>
	<u>(44.862)</u>	<u>(45.679)</u>
		(mCVE)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016			Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(43.693)	817		(42.876)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)			(1.986)
	(45.679)	817	-	(44.862)

	2015			Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(43.697)	4		(43.693)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)			(1.986)
	(45.683)	4	-	(45.679)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2010 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2016	2015
Impostos correntes do exercício	33.308	36.336
Total de impostos em resultados	33.308	36.336
Lucro antes de impostos	148.492	142.948
Carga fiscal	22,43%	25,42%

A Companhia foi objecto de uma liquidação adicional em resultado da revisão pelas autoridades fiscais da declaração de imposto sobre o rendimento relativa ao exercício de 2013 e 2014.

A Companhia contestou as correcções efectuadas e, a 31 de Dezembro de 2014, constituiu uma provisão para contingências fiscais tendo em vista cobrir, de forma prudente, eventuais perdas nesta área resultantes de divergências na interpretação do referido normativo pelas autoridades fiscais (Nota 11).

Ambas as contingências fiscais foram resolvidas em 2016, com a de 2013 indeferida no Recurso Hierárquico e a de 2014 encerrada. O valor de 2013 foi liquidado em Fevereiro de 2016. A provisão criada foi, entretanto, anulada (nota 11).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificada nos exercícios de 2016 e 2015, pode ser demonstrada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		148.492		142.948
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	37.866	25,50%	36.452
Correcções a impostos de exercícios anteriores	-	-	-	-
Provisões no imposto corrente	-	-	-	-
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Imparidades não relevantes para efeitos fiscais	-	-	-	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	-	-	-	-
Outros	(3,07%)	(4.558)	(0,08%)	(116)
Benefícios fiscais:				
Valias realizadas com a alienação de partes de capital	-	-	-	-
Dividendos de instrumentos de capital	-	-	-	-
Donativos e mecenato	-	-	-	-
Imposto sobre lucros do exercício	22,43%	33.308	25,42%	36.336

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os dividendos pagos por entidades admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde encontram-se isentos de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei n.º 47/VIII/2013, de 20 de Dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Companhia durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2016.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o capital da Companhia está representado por 200.000 acções, com valor nominal de dois mil Escudos de Cabo Verde, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido pelas seguintes entidades:

	2016		2015	
	%	Número de Acções	%	Número de Acções
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	55,895	111.789	55,895	111.789
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	25,000	50.000	25,000	50.000
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, EP	12,190	24.380	12,190	24.380
Correios de Cabo Verde, S.A.	4,500	9.000	4,500	9.000
Trabalhadores	1,553	3.195	1,553	3.195
Estado de Cabo Verde	-	-	-	1.636
Acções Próprias	0,863	1.636	0,863	-
	100,00	200.000	100,00	200.000

Em 2014, o Governo de Cabo Verde lançou uma oferta particular das suas acções da Companhia entre os trabalhadores desta. Foram alienadas um total de 3.195 acções. As acções sobranes foram adquiridas pela Companhia para posterior venda aos seus colaboradores.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 2 de Março de 2016, foi deliberado que o resultado estatutário de 2015 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação do resultado de	2015
Aplicação de resultados do exercício:	
Reserva legal	10.661
Dividendos	63.967
Outras reservas	31.983
	<u>106.612</u>

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 30 de Março de 2015, foi deliberado que o resultado estatutário de 2014 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação do resultado de	2014
<u>Aplicação de resultados do exercício:</u>	
Reserva legal	17.090
Dividendos	68.359
Outras reservas	85.448
	<u>170.897</u>

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	168.180	168.216
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	(42.862)	(43.693)
	<u>125.318</u>	<u>124.522</u>
<u>Outras reservas</u>		
- Reserva legal	144.174	133.513
- Reserva estatutária	266.444	233.939
- Outras reservas	14.709	14.707
	<u>425.327</u>	<u>382.159</u>
<u>Resultados transitados</u>	46.019	46.019
<u>Resultado do exercício</u>	<u>115.184</u>	<u>106.612</u>
	<u>711.847</u>	<u>659.312</u>

Uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício pelas instituições financeiras deve ser destinada à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

25. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 2016 e 2015 foi determinado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do exercício	115.184	106.612
Nº médio de acções em circulação	200.000	200.000
Resultado por acção (mCVE.)	<u>0,576</u>	<u>0,533</u>

26. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia efectuou a distribuição de dividendos relativos ao resultado líquido obtido em 2015 e 2014, respectivamente, conforme apresentado no quadro seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido atribuído (mCVE)	63.967	68.359
Nº acções	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Dividendos por acção (Escudos)	<u>319,835</u>	<u>341,795</u>

27. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Companhia as empresas do Grupo Fidelidade, outros accionistas relevantes (Grupo Caixa Geral de Depósitos e o Estado de Cabo Verde) e os órgãos de gestão.

	2016								
	Estado de Cabo Verde			Grupo Fosun		Grupo CGD			Total
	Tesouro Estado	Correios de Cabo Verde	INPS	Fidelidade Assistencia	Fidelidade	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	30.442	11.204	-	41.647
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	243.559	-	39.107	282.666
Empréstimos e contas a receber	23.165	-	-	-	-	2.142	30.560	-	55.867
Provisões Técnicas parte Ressegurador	-	-	-	598	93.490	-	-	-	94.087
Provisão para Sinistros	-	-	-	-	85.343	-	-	-	85.343
PPNA	-	-	-	598	8.147	-	-	-	8.745
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.333	364	34	447	4.982	154	1.076	-72	30.319
Contas a receber por operações de seguro directo	23.333	-	34	-	-	154	1.076	(72)	24.525
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	364	-	447	4.982	-	-	-	5.793
	46.498	364	34	1.045	98.472	276.298	42.840	39.034	504.586
Passivo									
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	(15.635)	-	-	-	(15.635)
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	(2.524)	-	-	-	(2.524)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	-380	-212	-4.339	-4.115	0	0	0	-9.046
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	(4.339)	(4.115)	-	-	-	(8.454)
Contas a pagar por outras operações	-	(380)	(212)	-	-	-	-	-	(592)
	-	(380)	(212)	(4.339)	(22.274)	-	-	-	(27.205)
Resultado									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	64.513	2.036	2.020	-	-	44.736	12.247	200	125.752
Prémios de resseguro cedido	0	0	-	18.468	141.613	0	-	0	160.081
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	(3.814)	-	-	-	(3.814)
Montantes pagos	-	-	-	-	(41.460)	-	-	-	(41.460)
Montantes brutos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	(41.460)	-	-	-	(41.460)
Variação Prov. p/ Sinistros	-	-	-	-	37.646	-	-	-	37.646
Montantes brutos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	37.646	-	-	-	37.646
Variação da provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	(598)	(8.147)	-	-	-	(8.745)
Custos de aquisição	-	-	-	-	2.524	-	-	-	2.524
Gastos administrativos	-	-	-	-	(2.514)	-	-	-	(2.514)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	(352)	(33.291)	-	-	-	(33.643)
Rendimentos	388	-	-	-	434	5.527	6.344	-	12.693
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	64.901	2.036	2.020	17.518	96.805	50.263	18.591	200	252.334

	2015							
	Estado de Cabo Verde	Grupo Fosun		Grupo Caixa Geral de Depósitos			Total	
		Cares RHTSA	Fidelidade	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora		Promoleasing
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	63.241	11.559	-	-	74.800
Activos disponíveis para venda	-	-	-	243.559	-	39.715	-	283.274
Empréstimos e contas a receber	23.165	-	-	4.284	30.560	-	-	58.009
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11.171	(59)	(7.047)	31	473	-	18.884	23.453
Contas a receber por operações de seguro directo	11.171	-	-	31	473	-	-	11.675
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	(59)	(7.047)	-	-	-	-	(7.106)
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	18.884	18.884
	34.336	(59)	(7.047)	311.115	42.592	39.715	18.884	439.536
Passivo								
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	(15.798)	-	-	-	-	(15.798)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	0	0	37.818	0	0	0	0	37.818
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	37.818	-	-	-	-	37.818
	-	-	22.019	-	-	-	-	59.837
Resultado								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17.154	-	-	29.981	9.878	395	-	57.408
Prémios de resseguro cedido	-	1.810	20.964	-	-	-	-	22.774
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(11.007)	-	-	-	-	(11.007)
Montantes pagos	-	-	(11.007)	-	-	-	-	(11.007)
Parte dos resseguradores	-	-	(11.007)	-	-	-	-	(11.007)
Comissões e part. nos result. resseguro	-	1.111	(8.455)	-	-	-	-	(7.344)
Rendimentos	-	-	1.040	-	-	-	-	1.040
	17.154	2.921	(19.472)	29.981	9.878	395	-	40.858

Órgãos de gestão

Em 2016, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Companhia ascenderam a 16.019 mCVE (17.554 mCVE no exercício de 2015).

A 31 de Dezembro de 2016, a Garantia tinha 3 Administradores Executivos e 2 Administradores Não Executivos. A 31 de Dezembro de 2015 tinha, também, 3 Administradores Executivos e 2 Administrador Não Executivos.

28. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontra-se apresentada em separado.

29. COMPROMISSOS

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis, para além dos contratos de locação financeira.

30. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não tem quaisquer passivos contingentes adicionais para além dos passivos contingentes relacionados com a actividade normal da Companhia (sinistros).

31. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não tinha assumido qualquer compromisso por garantias prestadas, para além das que decorrem da actividade corrente, nomeadamente, dos seguros do ramo caução.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Garantia em 31 de Dezembro de 2016, apresentam-se de seguida, algumas notas adicionais (Notas 33 a 36), não obrigatórias.

33. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

	2016	2015
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	36.113	32.524
Ramo acidentes de trabalho	14.050	21.872
Outros ramos	60.883	72.608
	<u>111.046</u>	<u>127.003</u>
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel	2.900	2.770
Reembolsos emitidos de outros ramos	53.435	55.244
	<u>56.335</u>	<u>58.014</u>
Mediadores:		
Comissões a pagar		409
Contas correntes	1.192	1.244
Comissões a receber	151	92
	<u>1.343</u>	<u>1.745</u>
Co-seguradores:		
Contas correntes		4.598
Outros saldos		(193)
	<u>-</u>	<u>4.406</u>
Devedores por operações de seguro directo (valor bruto)	<u>168.724</u>	<u>191.168</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 11)	<u>(54.787)</u>	<u>(67.589)</u>
Devedores por operações de seguro directo (valor líquido)	<u>113.936</u>	<u>123.579</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	137.785	81.106
Contas correntes de ressegurados		3.695
Contas a receber por outras operações de resseguro (v. bruto)	<u>137.785</u>	<u>84.801</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	<u>(12.334)</u>	<u>(16.023)</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro (v. líq.)	<u>125.450</u>	<u>68.778</u>
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	100.715	137.978
Pessoal	31.020	36.688
Contas a receber por outras operações (valor bruto)	<u>131.735</u>	<u>174.666</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	<u>(21.413)</u>	<u>(26.784)</u>
Contas a receber por outras operações (valor líquido)	<u>110.322</u>	<u>147.881</u>
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	<u>349.709</u>	<u>340.238</u>
		(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os ajustamentos para devedores de cobrança duvidosa afecta a devedores por operações de resseguro referem-se a um litígio com um ressegurador, aos saldos de resseguradores considerados de difícil cobrabilidade e a saldos a receber de ressegurados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros Devedores” apresenta o seguinte detalhe por entidade:

	2016	2015
Universal Seguros, S.A.	10.662	5.023
Flaviano de Jesus Galina Monteiro	8.522	8.522
Hiper Peças Lda	6.361	6.361
Consórcio Mota-Engil, SA	6.149	-
Oficina Joel Évora	4.609	4.690
Traveltur - Agência de Viagens e Turismo	3.645	-
Mundialtur	3.628	4.181
Milénio Tour	3.000	3.000
António Lopes da Moura	2.753	2.753
Atlantictours, Lda.	2.700	2.700
Sambala Furnishings	2.531	2.841
Olicar, Lda.	2.520	605
Cabetur, S.A.	2.296	2.296
Tanscap	2.200	2.200
Auto Center	1.959	1.959
Câmara Municipal de S. Vicente	1.782	1.782
A Promotora	1.570	1.570
Stand Moderno	1.294	1.280
Outros	32.535	86.215
	<u>100.715</u>	<u>137.978</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor a receber da Universal Seguros corresponde a prestação de serviços, para posterior regularização.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores a receber da Stand Moderno, Oficina Joel Évora, Hiperpeças e Olicar, Lda. correspondem a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de protocolos de fornecimento de peças para reparação de automóveis em consequência de sinistros ocorridos.

Mensalmente, a Companhia efectua o cálculo da provisão para os valores por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 11). Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2016						Total
	> 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 ano	+ 365 dias	Perdas por imparidade	
Ramo Vida	609	512	308	703	964	(2.418)	679
Ramo não vida							
Acidentes e Doenças	8.645	6.102	1.202	353	3.314	(13.339)	6.277
Incêndio e outros danos	2.057	4.646	213	3.750	22.246	(15.018)	17.894
Automóvel ^a	9.614	792	229	2.127	24.221	(13.572)	23.411
Transportes	4.799	443	180	242	10.206	(9.927)	5.943
Responsabilidade civil	480	770	-	-	778	-	2.029
Diversos	-	-	-	6	535	(514)	27
	25.594	12.753	1.825	6.478	61.300	(52.370)	55.580
	26.204	13.266	2.133	7.180	62.264	(54.787)	56.259
a - Inclui acidentes pessoais pessoas transportadas							(mCVE)

	2015						Total
	> 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 ano	+ 365 dias	Perdas por imparidade	
Ramo Vida	555	537	439	484	2.802	(514)	4.304
Ramo não vida							
Acidentes e Doenças	2.116	7.967	3.068	6.040	16.762	(25.616)	10.336
Incêndio e outros danos	2.383	4.038	1.748	4.048	19.839	(11.023)	21.033
Automóvel ^a	8.172	702	324	3.648	19.746	(11.140)	21.452
Transportes	1.854	111	121	52	16.119	(18.104)	154
Responsabilidade civil	131	1.213	97	195	1.136	(661)	2.110
Diversos	-	-	-	-	556	(531)	25
	14.656	14.031	5.358	13.982	74.158	(67.075)	55.110
	15.211	14.568	5.797	14.466	76.960	(67.589)	59.414
a - Inclui acidentes pessoais pessoas transportadas							(mCVE)

34. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas têm a seguinte composição (em mCVE):

	2016	2015
Mediadores:		
Conta corrente	2.842	2.364
Comissões a pagar	650	(2.709)
Comissões a receber		945
Outros saldos		
	<u>3.492</u>	<u>600</u>
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	19.884	22.458
Prémios recebidos antecipadamente	74.633	89.084
Outros	-	-
	<u>94.517</u>	<u>111.542</u>
<u>Contas a pagar por operações de seguro directo</u>	<u>98.009</u>	<u>112.142</u>
Contas correntes de resseguradores	100.463	84.907
<u>Contas a pagar por outras operações de resseguro</u>	<u>100.463</u>	<u>84.907</u>
Fornecedores	42.304	10.861
Pessoal	8.158	6.201
Outros credores	25.851	56.206
<u>Contas a pagar por outras operações</u>	<u>76.313</u>	<u>73.268</u>
	<u>274.786</u>	<u>270.317</u>

A rubrica “Outros Credores” apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Cabo Verde Motor	5.027	1.571
BCA - Acidentes de Viação	2.564	2.375
Ministério da Saúde	1.378	1
Outros	16.882	52.259
	<u>25.851</u>	<u>56.206</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor a pagar a Cabo Verde Motor corresponde a valores a pagar no âmbito do protocolo de concertos de viaturas sinistradas.

35. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
	-	
Activo		
Acréscimos de proveitos		
Rendimentos a receber de títulos	-	13.176
Juros de depósitos a prazo	-	12.762
	-	25.938
Gastos diferidos:		
Publicidade e propaganda	4.328	-
Seguros	88	6.138
Comissões relativas a obrigações	-	34
Outros	7.091	2.359
	11.507	8.531
	11.507	34.469
Passivo		
Proveitos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	1	1
Acréscimos de gastos:		
Encargos com férias e subsídio de férias	24.202	26.326
Acerto de comissões de resseguro cedido - Ramo automóvel		9.614
Prémio de produtividade a pagar aos colaboradores e órgãos sociais	12.101	13.360
Juros a liquidar		65
Fornecimentos e Serviços Externos	7.423	-
Outros acréscimos de custos	15.429	9.403
	59.155	58.769

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor na rubrica “Gastos diferidos - Outros” corresponde, principalmente, a diferimento de custos com o lançamento da nova marca.

36. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição (mCVE):

	2016	2015
Outros proveitos e ganhos técnicos	320	53
Restituição de impostos		
Outros	43.462	89
Total de rendimentos e ganhos não correntes	43.462	89
Juros obtidos	986	1.166
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota 17)	1.040	1.137
Total de rendimentos e ganhos financeiros	2.026	2.303
Ganhos em outros activos tangíveis	15.066	4.299
Outros	11.168	26.381
Total de outros proveitos e ganhos	72.043	33.125
Outros gastos e perdas técnicos	(2.782)	(108)
Donativos	(773)	(3.836)
Mecenato	(10.711)	(8.999)
Despesas confidenciais		
Ofertas a clientes		
Multas e penalidades	(5)	-
Quotizações diversas		
Outros gastos	(3.528)	-
Total de gastos e perdas não correntes	(15.017)	(12.835)
Juros suportados	(464)	(3)
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 17)	(865)	(34)
Outros gastos e perdas financeiras	(1.763)	(775)
Gastos e perdas financeiras	(3.091)	(811)
Ajustamentos do exercício	18.199	(21.403)
Perdas em outros activos tangíveis	(1.992)	(444)
Perdas com benefícios pós-emprego	-	-
Outras perdas e gestos não técnicos	(29.461)	-
Total de outros gastos e perdas	(34.144)	(35.601)

37. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS PELO IASB MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

Seguidamente apresentamos um sumário das novas normas já emitidas pelo IASB que ainda não são de aplicação obrigatória:

a) IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de activos financeiros

- ✓ Todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transacção no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transacção, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- ✓ Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objectivo de deter os activos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objectivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de activos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- ✓ Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os activos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- ✓ Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na

demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- ✓ Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- ✓ Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- ✓ Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- ✓ O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos activos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- ✓ Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- ✓ A mensuração das PEC deve reflectir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- ✓ Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospectivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- ✓ Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- ✓ O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- ✓ Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

b) IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes excepto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 - Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns activos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e activos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efectua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflecta a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transacção, (4) alocar o preço da transacção às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requiere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos directamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".

c) IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os activos, com algumas excepções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o activo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requiere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas excepções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o activo que representa o direito a usar o activo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso - "right-of-use" ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma

alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento actual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".

d) IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos activos para perdas não realizadas - alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos activos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos activos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

e) Clarificações à IFRS 15:

Em Abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- ✓ Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato;
- ✓ Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transacção de um serviço e como reestruturar os indicadores;
- ✓ Clarificar quando é que as actividades de uma entidade afectam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos factores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo;
- ✓ Clarificar o âmbito das excepções para royalties baseados nas vendas (sales-based) e baseados na utilização (usage-based) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato;
- ✓ Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na full retrospective approach; e (b) modificações de contratos na transição;

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".

f) Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 - Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja actividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de Janeiro de 2021.

- Esta predominância deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- As Empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efectuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adoptem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para activos financeiros elegíveis; efectivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes activos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para activos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para activos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a reflectir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

g) Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para reflectir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afectada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Identificacao dos titulos	Q. ^{de}	Valor nominal		Preço aquisição		Valor do balanço			
		Unidades monetárias	%	Unitário	Total	2015		2016	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1- Instrumentos de capital e unidades de participação									
1.1 - Acções									
Banco Comercial do Atlântico	76.322	76.322		1,00	76.322	3,191	243.559	3,191	243.557
Promotora	50.000	50.000		1,00	50.000	0,794	39.715	0,782	39.122
CVC	2.637	21.968		8,33	21.968	0,602	13.224	4,523	11.927
Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos	2.417	15.505		6,41	15.505	1,003	15.556	6,415	15.505
Total de instrumentos de capital					163.794		312.054		310.111
1.2 - Títulos de participação									
Títulos Consolidados de mobilização Financeira					22.222		23.165		24.369
Total de títulos de participação					22.222		23.165		24.369
2 - Títulos de dívida									
2.1 - De outros emissores públicos									
Obrigações									
Electra - Empresa de Electricidade e Aguas	50.000	50.000		1	50.000	1,000	50.000	1,032	51.595
Transportes Aéreos de Cabo Verde	60.000	60.000		1	60.000			1,012	60.740
Total de títulos de emissores públicos	110.000	110.000			110.000		50.000		112.335
2.1 - De outros emissores									
Obrigações									
Fast Ferry	10.000	9.998	100%	0,9998	9.998	0,9998	9.998	1,1322	11.322
Sogei	39.966	39.966	100%	1,0000	39.966	1,0000	39.966	0,9512	38.016
Banco Comercial do Atlântico	2.142	2.142	100%	1,0000	2.142	1,0000	2.142	1,0040	2.151
Banco Interatlântico	30.560	30.560	100%	1,0000	30.560	1,0000	30.560	1,0347	31.621
Banco Africano de Investimentos	20.000	20.000	100%	1,0000	20.000		20.000	1,0007	20.014
Total de títulos de outros emissores					102.666		102.666		103.124
Total de títulos financeiros em carteira					398.683		487.885		549.938
									(mCVE)

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRECTO

	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custo com sinistro
	Sinistros pagos	Custos de gestão imputados		
	(1)	(2)	(3)	(1) + (2) + (3)
Vida Risco	2.062	68	7.526	9.656
PPR/E	437	10	101	547
Vida	2.499	78	7.626	10.203
Acidentes e doenças	32.235	16.923	4.496	53.654
Incêndio e outros danos	79.782	1.451	-20.772	60.461
Automóvel	228.900	45.596	31.239	305.736
Transportes	6.903	6.501	-2.546	10.857
Responsab. civil geral	8.198	5.476	2.104	15.778
Diversos	5.085	1.725	1.699	8.509
Não-vida	361.104	77.673	16.219	454.996
Total geral	363.603	77.751	23.845	465.199 (mCVE)

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

	Prémios e seus adicionais emitidos	Variação de PPNA	Prémios e seus adicionais adquiridos	Custos de exploração	Saldo de resseguro
Vida Risco	65.268		65.268	18.421	22.871
PPR/E	33.597		33.597	3.685	0
Vida	98.865	0	98.865	22.106	22.871
Acidentes e doenças	218.224	8.338	209.885	100.012	39.390
Incêndio e outros danos	231.605	2.434	229.171	41.444	104.654
Automóvel	575.535	13.238	562.297	263.123	57.434
Transportes	85.687	-148	85.835	17.726	42.491
Responsab. civil geral	113.582	10.687	102.895	13.062	75.167
Diversos	14.934	160	14.774	5.994	0
Não-vida	1.239.567	34.710	1.204.857	441.361	319.137
Total geral	1.338.432	34.710	1.303.722	463.467	342.008 (mCVE)

IV. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.900.377 milhares de escudos cabo-verdianos ("mCVE") e um total de capital próprio de 1.102.031 mCVE, incluindo um resultado líquido de 115.184 mCVE), as contas de ganhos e perdas, as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, de variações do capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente e a síntese dos procedimentos de auditoria realizados:

Valorização dos Ativos Financeiros de rendimento variável não negociados em mercados ativos

Os Ativos Financeiros disponíveis para venda incluem investimento em ações que se encontram registados ao justo valor no montante de 243.559 mCVE, representando cerca de 8,4% do total do Ativo da Companhia (dos quais 167.237 mCVE referem-se a reserva de reavaliação registada nos Capitais Próprios), conforme divulgado nas Notas 3.2.1 ii) e 5.1 às Demonstrações Financeiras. A valorização deste ativo foi determinada com base em relatório de avaliação realizado por entidade externa, a qual utilizou a metodologia de avaliação na ótica do rendimento. A determinação do justo valor utiliza pressupostos e estimativas de informação financeira prospetiva, para além de outros dados observáveis no mercado relativos a taxas de juro, prémio de risco e inflação. Para o efeito, o avaliador utilizou informação disponibilizada pelo emitente, incluindo os relatórios e contas dos últimos exercícios, informação contabilística mais recente (não auditada), orçamento para 2017 e outra informação de gestão relevante. Não obstante, a utilização de diferentes pressupostos nas projeções ou nas taxas de referência utilizadas poderiam resultar numa estimativa diferente do justo valor apurado.

Adicionalmente, na mesma rubrica de Balanço, encontram-se registados Títulos Consolidados de Mobilização Financeira ("TCMF" que são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde e têm subjacente um Fundo sob gestão por terceira entidade), no valor de 24.369 mCVE (o qual corresponde à proporção detida pela Companhia no valor líquido do Fundo) e outros instrumentos de capital no valor líquido de imparidade de 66.552 mCVE, que correspondem à proporção detida pela Companhia nos Capitais Próprios das entidades participadas. Assim, o valor de realização destes instrumentos está dependente da evolução futura do valor patrimonial do referido Fundo e das entidades participadas.

Valorização dos Ativos Financeiros de rendimento variável não negociados em mercados ativos

Os principais procedimentos de auditoria nesta área foram os seguintes:

- ▶ Comparação dos saldos do exercício com os referentes ao exercício anterior e entendimento das razões subjacentes às principais variações (ou ausência de variações);
- ▶ Entendimento dos métodos e pressupostos utilizados no modelo de avaliação e análise da sua consistência, designadamente através da análise da comparação com a informação financeira prospetiva com os dados históricos do emitente e os dados utilizados no relatório de avaliação do ano anterior;
- ▶ Envolvimento de especialistas internos em avaliações para apoio na realização dos procedimentos de auditoria nesta área, designadamente na avaliação da razoabilidade dos pressupostos para determinação da taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento na perpetuidade e a revisão dos cálculos aritméticos no relatório de avaliação;
- ▶ Análise do relatório de rentabilidade e risco relativo aos TCMF emitido pela Entidade Gestora do Fundo;
- ▶ Análise das últimas demonstrações financeiras disponíveis emitidas pelas entidades participadas e teste ao cálculo do valor patrimonial proporcional à percentagem de participação da Companhia;
- ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Valorização de Outros Ativos Financeiros não negociados em mercados ativos

Conforme divulgado na Nota 5.2 às Demonstrações Financeiras, a Companhia detém outros ativos financeiros não negociados em mercados ativos, nomeadamente obrigações de empresas nacionais registadas ao custo amortizado no montante líquido de imparidade de 215.459 mCVE (os quais representam 7,4% do total do Ativo da Companhia).

A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica tendo em conta os indícios de imparidade referidos na Nota 3.2.1 iii). Neste contexto a determinação da existência de perdas por imparidade depende dos pressupostos inerentes à identificação e análise dos eventuais indícios resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia, tendo por base o conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como a estimativa de fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), os quais podem vir a concretizar-se de forma diferente em face de eventos futuros.

Realizámos procedimentos de auditoria nesta área, os quais incluíram, entre outros:

- ▶ Compreensão dos procedimentos internos da Companhia no processo de determinação de imparidade para ativos financeiros;
- ▶ No caso das obrigações análise da documentação de suporte relativa ao serviço da dívida no exercício;
- ▶ Análise da situação financeira dos emitentes através da consulta aos últimos relatórios e contas disponíveis;
- ▶ Análise da documentação suporte de colaterais e garantias pessoais;
- ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Valorização de Terrenos e Edifícios

A Companhia detém Terrenos e Edifícios (de uso próprio e de rendimento) no valor líquido de 664.239 mCVE, os quais representam 22,9% do total do Ativo. Para aferir a eventual existência de imparidade nos imóveis de uso próprio ou para estimar o justo valor dos imóveis de rendimento foram obtidos relatórios de avaliação realizados por perito avaliador externo profissionalmente qualificado pelo Banco Central de Cabo Verde, tendo sido estabelecido o período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 7 e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante. Assim, não obstante não ser intenção da gestão proceder à alienação destes imóveis, a concretização do valor de avaliação determinado pelos peritos independentes está dependente da verificação dos pressupostos utilizados nas respetivas avaliações e da evolução das condições macroeconómicas e do mercado imobiliário.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- ▶ Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelo perito avaliador, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;
- ▶ Comparação dos valores de mercado utilizados com referências de mercado;
- ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores;
- ▶ Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a respetiva conformidade que os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Provisões Técnicas de Seguro Direto e resseguro cedido

Conforme detalhado na Nota 4.1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros dos Ramos Não Vida ascendem a 878.364 mCVE (49% do Total do Passivo), tendo sido registadas Provisões para Resseguro Cedido no montante de 418.815 mCVE (taxa de cedência para resseguro de 48%). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar e cedência para resseguro por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. De acordo com o Aviso nº 1/2000 do Banco de Cabo Verde, é constituída uma provisão mínima de IBNR correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados. A provisão para sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel engloba provisões matemáticas que têm por objetivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta Médica, e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica.

Adicionalmente, conforme referido na Nota 4.1.6 do Anexo, a Provisão Matemática do ramo Vida ascende a 71.481 mCVE com resseguro cedido de 6.838 mCVE (taxa de cedência de 9,6%). Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor e é calculada para cada apólice de acordo com as bases atuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de dezembro.

Face à natureza da atividade seguradora, as referidas provisões incorporam estimativas com base na informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados.

Os principais procedimentos de auditoria nesta área resumem-se como segue:

- ▶ Compreensão dos procedimentos de controlo da Companhia sobre as provisões técnicas e testes à eficácia dos controlos chave identificados;
- ▶ Procedimentos de revisão analítica para entendimento da evolução anual dos saldos das Provisões e entendimento dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- ▶ Apreciação dos relatórios preparados pelos atuários interno e externo;
- ▶ Apreciação das metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das provisões para sinistros e provisões matemáticas tendo em conta as especificidades dos ramos de seguros, os requisitos regulamentares e as práticas no sector;
- ▶ Envolvimento de especialistas internos em atuariado para apoio na realização dos procedimentos de auditoria nesta área, designadamente na avaliação da razoabilidade dos métodos e pressupostos atuariais utilizados, incluindo teste aos cálculos aritméticos e apreciação da razoabilidade das projeções dos encargos futuros nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- ▶ Análise das divulgações efetuadas pela Companhia e da respetiva conformidade com os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; e
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

Lisboa, 3 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230

V. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL UNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas e
Exmo. Conselho de Administração da
GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA

- 1.** O Fiscal Único da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA (adiante Companhia), dando cumprimento ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e no artigo 19º do Estatuto, apresenta a V. Exas. o seu Relatório referente ao exercício de 2016.
- 2.** O Fiscal Único acompanhou as atividades de gestão da Companhia, na periodicidade que entendeu conveniente, através de contactos de carácter informativo com a Comissão Executiva e tomando conhecimento das principais decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva, lavradas nas Atas das respetivas reuniões, bem como através de documentos relevantes, tais como balancetes e demonstrações financeiras.
- 3.** O Fiscal Único procedeu às verificações que entendeu necessárias, tendo solicitado e obtido esclarecimentos sobre o curso das atividades da Companhia e relativos à implementação das principais decisões dos órgãos sociais, nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
- 4.** O Fiscal Único analisou as demonstrações financeiras da Companhia, que integram o Relatório e Contas do Conselho de Administração, constituídas pelo Balanço em 31 Dezembro 2016, e pela Conta de Ganhos e Perdas, Demonstração dos Resultados e de Outros Rendimentos Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações do Capital Próprio e o Anexo, relativas ao exercício findo na mesma data, bem como o adjunto Relatório dos auditores externos Ernst & Young-Audit & Associados, SROC, S.A., sem reservas ou ênfases, e que se dá aqui como integralmente reproduzido.
- 5.** O Fiscal Único apreciou o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 164º do Código das Empresas Comerciais.
- 6.** Nesta conformidade, o Fiscal Único emite o seu Parecer no sentido de o Relatório e Contas do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2016, e a proposta de aplicação dos resultados, poderem ser aprovados pela Assembleia-geral.
- 7.** Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA a colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 8 de Março de 2017

O Fiscal Único

Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



GARANTIA

SEGUROS

JUNTOS POR UM FUTURO SEGURO

GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.
Sede Chã de Areia, C.P. 138 Praia, Cabo Verde, NIF: 200110322
Telefone:(238)2608600 Fax:(238)2616117
Capital Social 400.000.000 CVE
garantia@garantia.cv